

Atoleiros

Revista Militar do Campo Militar de Santa Margarida
e da Brigada Mecanizada Independente

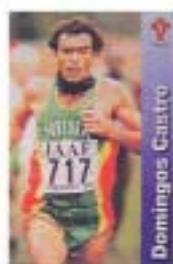
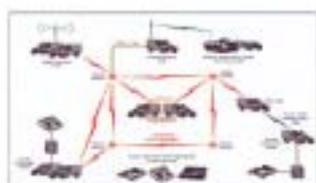
BMI 25 ANOS



Ano V - N.º 9 - ABRIL 2003



SUMÁRIO



Editorial 3

Aplicação de Sistema de Gestão Ambiental ao CMSM/BMI 4

Protecção Civil e a Gestão de Crises 7

Reflexões sobre a Segurança da Área da Rectaguarda 9

O Apoio de Comunicações na BMI 13

Task Force Fox 17

Sitrep 21

Educação Física e Desportos 30

Escolas 35

Cartas ao Director



MUSEU MILITAR

Venho por este meio agradecer o envio da revista "Atoleiros" de que faremos boa guarda no acervo da nossa biblioteca.

Esperando continuar a fazer da Lista de distribuição, votos para que esta publicação se mantenha viva na defesa dos valores da Instituição Militar.

O DIRECTOR

MANUEL J.M. RIBEIRO DE FARIA
CORONEL

Vêm por este meio, o Presidente do Conselho Executivo, a Coordenadora do Departamento de Educação Física e Desporto e os alunos da Turma de Opção Técnica de Desporto do 10º ano da Escola Secundária de Azambuja, agradecer toda a colaboração e amabilidade que nos foram dedicadas, assim como as experiências inesquecíveis proporcionadas aos nossos alunos, no decorrer do acampamento realizados nos dias 5, 6 e 7 de Março.

Sem outro assunto

O Presidente do Conselho Executivo

O Coordenador do Departamento

Visite as Páginas da BMI e do CMSM em www.exercito.pt.

*A*toleiros

FICHA TÉCNICA

Revista Militar do Campo Militar de Santa
Margarida e da Brigada Mecanizada
Independente

DIRECTOR:

Comandante do CMSM/BMI
Major General
Mário de Oliveira Cardoso

REDACÇÃO:
SIIRP/QG/BMI

PROPRIEDADE:

QG/CMSM - 2250 Constância

EXECUÇÃO GRÁFICA:

Selenova - Artes Gráficas
Travessa do Machado, 16 - 1300-380 Lisboa

Tiragem: 600 Exemplares

Depósito Legal n.º 135479/79

Preço: 2,50€

Editorial

A palavra habitual do Comandante na Revista Atoleiros no ano de 2002, até pelo facto de ao longo dele se terem comemorado os 50 anos do CMSM, levou-nos a relacionar o nosso passado e o respeito e admiração que nos merecem os nossos antecessores com o sentimento de destino que julgamos existir para o Campo e para a sua Brigada, no futuro.

Neste primeiro número de 2003 e numa altura em que também a BMI comemora uma efeméride importante - 25 anos -, gostaria de falar do presente.

Ele é difícil, se falarmos apenas em recursos financeiros; mas isso é tema de conversa comum, que não devendo nem podendo ser ignorada, não deve condicionar a nossa atitude quotidiana.

Mas ele é, também, de grandes certezas e categórico, se falarmos nos recursos que afinal contam para garantir o futuro – e esses são os Soldados, homens e mulheres dos Quadros Permanentes, Voluntários e Contratados e, também, os do Serviço Obrigatório que ainda continuam a entrar nas nossas Portas de Armas.

A forma brilhante como têm cumprido as missões operacionais atribuídas à BMI em Teatros que nos eram estranhos como são os da Bósnia, foram os do Kosovo e são agora, no que respeita ao ambiente operacional, o de Timor.

O modo entusiástico e ao mesmo tempo humilde como, mau grado a velhice do equipamento e às vezes a descrença de uns quantos, continuam a experimentar a exigência e a complexidade do treino convencional;

A dignidade com que recebem quem os visita, prontos a mostrar o que sabem e podem fazer, sem complexos e sem vaidades;

Faz com que sejam merecedores do respeito e consideração de todos, da mesma forma como souberam ser justos a reconhecer o valor dos seus antecessores.

É esta capacidade de ligar o passado ao presente que garante a continuidade do **querer**.

E o **querer** é a vontade de continuar a fazer parte de um Exército que serviu e serve o seu Povo, o seu País e é composto única e exclusivamente pelo melhor que as Nações podem ter – a sua gente!

O Comandante do CMSM/BMI

Mário de Oliveira Cardoso

Major General

APLICAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL AO CMSM/BMI

Conceitos

Ambiente: Envolve na qual uma organização opera, incluindo o ar, a água, o solo, recursos naturais, fauna, flora e a sua interrelação.

Sistema de Gestão Ambiental (SGA): Parte de um sistema de gestão global de uma organização que inclui:

- a estrutura organizacional,
 - as responsabilidades,
 - as actividades de planeamento,
 - as práticas, os procedimentos,
 - os processos e os recursos para desenvolver, implementar, rever e manter a Política Ambiental.
- (Normas Internacionais de Ref.: NP EN ISO 14001:1999).



1. Introdução

No final do século passado, face ao aumento da importância das preocupações ambientais em todos os sectores da actividade humana, surge a vontade política do Ministério da Defesa Nacional (MDN) de fomentar a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) em Campos de Instrução Militar e Unidades dos diversos Ramos das Forças Armadas.

Em Novembro de 1999, o Chefe de Estado Maior do Exército aceita formalmente que o Campo Militar de Santa Margarida inicie o Processo que o deverá conduzir à Certificação Ambiental (tendo por referência as Normas ISO 14000).

No seu Despacho nº 77/MDN/2001, de 18 Abr01 o Ministro da Defesa Nacional define a Política Ambiental do MDN:

- Promover a biodiversidade;
- Promover a consciência ambiental de todo o pessoal militar e civil das Forças Armadas;
- Esforçar-se por introduzir melhorias contínuas na área ambiental;
- Apoiar a sociedade civil em caso de desastre ambiental;

Como assumir esse compromisso de integrar os aspectos ambientais na gestão corrente do CMSM sem ser através da implementação de um SGA ?

2. A avaliação ambiental inicial do CMSM/BM

O MDN contrata a ET&P (Environment Transport & Planning) para que esta efectue uma auditoria ambiental à área urbana e rústica do CMSM. Entre Julho e Agosto 2001, três auditores procedem a essa avaliação (um Engº Civil, um Engº Química e uma Bióloga). A primeira versão do relatório é apresentada em Outubro desse ano. Segue-se um período de análise e de correcções do relatório pelo NCPAmbn / CMSM em colaboração com as unidades do CMSM/BMI. Em Janeiro de 2002, o Comando do CMSM aprova o Relatório de Avaliação Ambiental Inicial do CMSM. Entre Março e Junho é adoptado um processo semelhante para os Manuais do Sistema de Gestão Ambiental. Isto é, são analisadas e revistas pelo CMSM as diversas propostas de Manuais apresentadas pela ET&P.

A finalidade deste Relatório é fazer uma radiografia do ambiente nas Unidades, nos Órgãos, na área agro-florestal e nas zonas de treino militar e, a partir daí, levantar as consequentes Não Conformidades.

3. A implementação do SGA/CMSM

Elementos do sistema de Gestão Ambiental



Por Despacho do Major General Comandante Mário de Oliveira Cardoso são aprovados e difundidos em Anexo à NEP 0.0.6 de 05Jul02, pelas UOOO do CMSM/BMI, os Manuais do Sistema.

Os alicerces da Política Ambiental do Campo Militar estão lançados. Este conjunto de normativos sistematizados constituem uma poderosa ferramenta para que todos os militares e civis que prestam serviço no CMSM contribuam (não tenham dúvidas) para um melhor ambiente !

O Sistema de Gestão Ambiental do CMSM é composto pelos seguintes manuais:

- a) MANUAL DO SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA-MN)
- b) MANUAIS DE PROCEDIMENTOS GERAIS
 - IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE ASPECTOS AMBIENTAIS (SGA-PG-01)
 - IDENTIFICAÇÃO E REGISTO DE REQUISITOS LEGAIS, REGULAMENTARES E DEMAIS REQUISITOS NORMATIVOS (SGA-PG-02)
 - ELABORAÇÃO, MODIFICAÇÃO E CONTROLO DA DOCUMENTAÇÃO DO SGA (SGA-PG-03)
 - COMUNICAÇÃO DE CARÁCTER AMBIENTAL (SGA-PG-04)
 - FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA AMBIENTAL (SGA-PG-05)
 - MONITORIZAÇÃO E MEDIÇÃO (SGA-PG-06)
 - IDENTIFICAÇÃO E RESPOSTA PERANTE ACIDENTES E SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA (SGA-PG-07)
 - GESTÃO DAS NÃO CONFORMIDADES, ACÇÕES CORRECTIVAS E PREVENTIVAS (SGA-PG-08)
 - REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS AMBIENTAIS (SGA-PG-09)
 - CONTROLO DE ENTIDADES UTILIZADORAS DO CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA (SGA-PG-10)
- c) MANUAIS DE PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS
 - PREVENÇÃO E CONTROLO DA CONTAMINAÇÃO DE SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (SGA-PE-01)
 - CONTROLO E PREVENÇÃO DO CONSUMO DE RECURSOS ENERGÉTICOS E NATURAIS (SGA-PE-02)
 - CONTROLO DA ARMAZENAGEM DE SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS (SGA-PE-03)
 - GESTÃO DE RESÍDUOS (SGA-PE-04)

Com base nestes manuais, as Unidades podem e devem restabelecer a sua missão na área do ambiente, elaborando NEP's, Directivas, e Instruções que tratam as questões ambientais de uma forma adequada à especificidade de cada Unidade.

Os Manuais do SGA estão para o Ambiente assim como o RC-130 está para as Operações. A maioria das soluções estão lá, apenas há que pô-las em prática com bom senso e pragmatismo.



4. As Não Conformidades Ambientais

Não obstante o esforço desenvolvido nos últimos anos pelo Campo Militar de Santa Margarida, foram levantadas, de forma exaustiva, inúmeras Não Conformidades Legais (de resolução obrigatória a curto prazo) e Não Conformidades Ambientais (de resolução recomendável para qualquer organização que pretenda ter um SGA a funcionar e ser certificada).

O NCPAmbn/CMSM, através do Cmd do CMSM/BMI, apresentou ao Comando da Logística do Exército e à DGIE/MDN uma estimativa global de 1 Milhão de Euros (em custos directos) para solucionar as principais Não Conformidades do CMSM. Esta estimativa de custos abrange soluções para os diversos problemas existentes em relação aos solos, às águas, à atmosfera, à gestão de resíduos industriais banais e perigosos, à armazenagem e à manipulação de substâncias perigosas.

Recentemente, em Fev02, a DGIE/MDN manifestou a sua intenção de financiar uma parte dos encargos necessários à regularização dos problemas existentes.

A título de curiosidade, vem a propósito afirmar que, com a colaboração de todas as Unidades e Órgãos do Campo Militar, foi possível, só nos últimos três anos, recolher e encaminhar para um operador de resíduos legal (Autovila) mais de 100 000 litros de óleo queimado oficial e mais de 10 000 litros de óleo usado alimentar. O SGA contribui, inquestionavelmente, para rotinar e fiscalizar este tipo de actividade (Manual de Gestão de Resíduos).

5. Conclusões

O CMSM vive com dificuldades financeiras e possui uma parte significativa do seu património urbano (construído nos anos 50 e 60) degradado ou em vias de ruína porque o Exército não tem capacidade financeira para reparar ou reconstruir todos os edifícios a curto prazo. Nunca os responsáveis pelo Campo





Militar deixaram de, atempadamente, colocar os problemas e/ou propor soluções... Não há verbas ou, se as há, elas têm que ser canalizadas para os casos mais graves. A implementação do SGA no Campo Militar, para além da alteração dos comportamentos individuais, tem encargos, na fase inicial.

Parece-nos que uma solução possível para a regularização das Não Conformidades passará pelo envolvimento da DGIE/MDN, do Comando da Logística e do Cmd do CMSM, numa repartição tripartida dos encargos financeiros.

A implementação do SGA no CMSM não poderia ter uma conjuntura financeira e organizacional mais desfavorável, dada a escassez de recursos financeiros e humanos. Mas isso torna o desafio maior; é nos períodos de crise que é importante parar, para reflectir, planear e reorganizar os sistemas com o objectivo de uma melhoria constante.

As políticas de um Estado de Direito têm por fim último a segurança e o bem estar das suas populações. O Exército tem uma missão atribuída na Defesa do Território Nacional e, como tal, contribui para a Segurança. A Segurança é hoje uma vasta área que vai desde a segurança alimentar à segurança dos recursos energéticos, desde a segurança de cada indivíduo em particular até à segurança do Estado Nação em geral.

Que valor estratégico terão os nossos recursos hídricos se poluídos? Que valor terão os nossos terrenos se contaminados? Que valor terá a nossa atmosfera se irrespirável?

O Sistema de Gestão Ambiental do CMSM, quando estiver integralmente a funcionar, em todos os níveis a cadeia de Comando, constituirá, não tenhamos dúvidas, uma ferramenta valiosa para auxílio dos Comandantes no cumprimento da Missão.

O SGA/CMSM permite:

- Conhecer e cumprir a legislação ambiental;
- Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos;
- Gerar boas relações com o público e a comunidade;
- Reduzir significativamente acidentes de trabalho;
- Racionalizar recursos energéticos;
- Redução de custos e riscos ambientais através da prevenção;
- Melhorar a notoriedade e imagem do CMSM/BMI e do Exército.

O Campo Militar de Santa Margarida irá certamente ultrapassar o grande desafio que é a Certificação Ambiental, isto é, validar perante Entidades Externas Acreditadas que o seu Sistema de Gestão Ambiental funciona e que todos os militares e civis procuram melhorar constantemente o seu comportamento ambiental.

O nosso Campo Militar Cinquentenário já acolheu centenas de milhares de Militares, militares corajosos, dedicados, honrados e trabalhadores que dia a dia o transformaram melhoraram !

Com a Batalha Ecológica da Certificação Ambiental do Campo que se perfila no horizonte, vamos continuar a torná-lo melhor, "o futuro de nós [e de vós] dirá"!

+
José F. Esteves Fernandes
Major SGE
do NCPAmbn do CMSM / BMI *Fev03



PROTECÇÃO CIVIL E A GESTÃO DE CRISES

Introdução

Prever o futuro neste Mundo em constante mutação não é possível.

Esta é a realidade que condiciona a previsão de situações anómalas, as quais, pelo seu grau de gravidade, podem influenciar negativamente as atitudes e comportamentos de todos nós, pela afectação psicológica que tais situações acarretam.

O desenvolvimento económico e tecnológico, considerados em todas as suas vertentes, assim como situações de desleixo ou incúria, criam riscos acrescidos que nem sempre são acompanhados da aplicação das necessárias medidas de segurança, nomeadamente ao nível ambiental, conduzindo a situações de catástrofe de difícil ou mesmo impossível recuperação.

A busca constante dos recursos energéticos com vista à necessária expansão industrial para que se promova o bem estar das populações, provoca necessariamente perturbações nos equilíbrios energéticos, conflitos armados e outras formas de violência, com reflexos negativos que se vão reflectir na qualidade de vida e segurança tornando as populações vulneráveis. Dir-se-á existir um círculo vicioso definido pela dualidade Desenvolvimento versus Progresso / Vulnerabilidades. Compete ao Planeamento Civil de Emergência (PCE) contribuir para a formulação e actualização de políticas, de planos e de procedimentos, nos campos da produção e abastecimento alimentar e agrícola, industrial e energético, dos transportes, das comunicações, da saúde, do ambiente e do ciberespaço.

Digamos que o PCE, componente "não militar" da Defesa Nacional constitui conjuntamente com a componente militar de defesa a garantia da acrescida capacidade de resistência, de decisão autónoma e segurança dos Estados.

Dimensão da Protecção Civil

Colónia Junho 99

Criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PEDS) por decisão dos Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da EU, como forma de apoio aos objectivos da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), visando-se o reforço da EU nos campos da prevenção de conflitos e da gestão de crises.

Helsinquia Dezembro 99

Aprovação de um relatório Finlandês pelo Conselho Europeu, contendo aspectos civis da gestão de crises.

Naquele relatório foram estabelecidas as bases para o desenvolvimento de capacidades a utilizar no âmbito de acções lideradas pelas NU, pela OSCE ou em operações autónomas da EU.

1º Semestre de 2000

Presidência portuguesa da EU

Criação do Comité para os aspectos de gestão de crises (CIVCOM) e o estabelecimento de um sistema coordenador no Secretariado Geral do Conselho.

O Conselho Europeu da Feira decidiu que a EU devia concentrar esforços em áreas onde a capacidade de reacção rápida era necessária. Assim, atribuiu-se prioridade a áreas tão importantes como a Polícia, o Estado de Direito, a Administração Civil e a Protecção Civil.

Desde então a área da Protecção Civil continuou a ser desenvolvida, denotando-se por parte de todos os Estados membros um forte empenho nesta matéria.

Os Objectivos

O Conselho Europeu de Gotemburgo definiu o papel da Protecção Civil na gestão de crises.

Embora os recursos dos Estados membros estejam vocacionados para ocorrer a situações de emergência a nível nacional, há que considerar a possibilidade de virem a ser utilizados na resposta a catástrofes naturais, tecnológicas, radiológicas e ambientais que possam ocorrer noutros Estados membros ou mesmo em Países fora da EU.



O papel desempenhado pela Protecção Civil em operações de gestão de crises foi reconhecido ser de grande importância naquele Conselho pelo que se traçaram objectivos a atingir durante todo este ano de 2003, objectivos esses que passam pelo contributo voluntário dos Estados membros, a saber:

➤ Duas a três equipas de avaliação/coordenação compostas por 10 peritos no total, a deslocar no período de 3 e 7 horas, 24 horas on call

➤ Equipas de intervenção até 2000 elementos disponíveis at short notice

➤ Recursos suplementares ou especializados dos serviços de Protecção Civil ou de ONG's a deslocar no período de 2 dias a 1 semana.

No âmbito dos objectivos concretos adoptados pelo Conselho Europeu de Gotemburgo, Portugal indicou a sua contribuição global, em fase de revisão no sentido do seu reforço, a saber:

Missão	Tempo de Mobilização	Número de Pessoas	Auto-suficiência
Busca e Salvamento	6 Horas	3 Equipas de Avaliação (3 Pessoas cada)	1 Semana
(Em terramoto)	12 Horas	2 Equipas de Intervenção (30 elementos cada)	1 Semana
Assistência Médica	12 Horas	Hospital de Campanha (32 pessoas)	
Abastecimento e Logística	12 Horas	Capacidade para accionar um campo de refugiados (9 pessoas)	

O pós - 11 de Setembro de 2001

As acções para intervenção da Protecção Civil em gestão de crises, directa ou indirectamente relacionados com a luta contra o terrorismo mereceram especial atenção no seio da EU após o 11 de Setembro de 2001

Com a Presidência Belga, os Conselhos Europeus de Gand e de Laeken determinaram o estabelecimento de um programa de cooperação entre Estadosmembros para fazer face a ameaças de natureza química, biológica, radiologia e nuclear.

Este programa, desenvolvido pelo grupo de trabalho PROCIV tem como finalidade antecipar, prevenir e limitar as consequências de ataques NBQ sobre as populações, o ambiente e bens dos Estados membros.

Da mesma forma, o Conselho Europeu de Sevilha deu realce à contribuição da PESC e da PESD para a luta contra o terrorismo, fazendo sobressair e necessidade de serem conhecidas as capacidades civis e militares dos Estados com vista à protecção das populações civis.

De salientar a cooperação União Europeia – OTAN através da troca de inventários de actividades, meios e outras iniciativas de ambas as organizações visando a protecção das populações contra eventuais ataques terroristas NBQ e de armas de destruição maciça.

Conclusões

A percepção por parte dos Estados membros da EU da real importância que a Política Europeia de Segurança e Defesa tem em toda a sua dimensão, permitiu que a Protecção Civil se desenvolvesse e progreda.

É evidente que muito há ainda a fazer. É necessário limar arestas ao nível das relações internacionais, desenvolver e harmonizar procedimentos, preencher lacunas ao nível das capacidades de todos os Estados membros, standardizar equipamentos, promover a capacidade de cooperação civil-militar (CIMIC).

Ao nosso nível há que procurar uma melhor articulação entre as estruturas nacionais envolvidas para que se confira de facto à Protecção Civil a importância que esta tem na gestão de crises.

O QUE PODE ACONTECER ACONTECE, A GRANDE INCÓGNITA É ... QUANDO ?

Luis Macieira
Maj SGE



REFLEXÕES SOBRE A SEGURANÇA DA ÁREA DA RECTAGUARDA

1. INTRODUÇÃO

A maior parte das vezes a Segurança da Área da Retaguarda (SAR), só está presente no espírito do comandante de uma Força ou do seu Estado Maior, quando se enuncia as Modalidades de Acção, ou se redige o Conceito de Operação de uma Ordem/Plano de Operações. Esta menor importância resulta da postura assumida, quase sempre inconscientemente, de que a decisão e o sucesso da batalha se obtém no local e com quem se combate, ou seja, na "linha da frente". Essa postura, poderá levar a uma preocupação absorvente e até obsessiva, centrada no desenrolar do combate naquela "linha", dando-se uma menor importância a tudo o demais. Esquece-se, assim, que o combate é um conjunto de actividades integradas que, fazendo parte de uma conjuntura, podem decorrer, no tempo e no espaço, paralelamente ou de forma dispare. São muitos os exemplos em que a decisão do combate não foi obtida, na verdade, na "linha da frente", mas em outros tabuleiros julgados, inicialmente, como secundários. Um destes tabuleiros é a Área da Rectaguarda (ARect), onde decorrem as operações de SAR.

2. A ÁREA DA RECTAGUARDA

Na ARect decorrem, normalmente, entre outras, as actividades de apoio de combate e de serviços, actividades essas que são, indubitavelmente, essenciais ao sucesso das operações. Por esse facto, a ARect dum Sector ou de uma Zona de Acção (ZA), é sempre um palco privilegiado que poderá ser utilizado por uma força oponente, para interferir na eficiência para o combate de outra força. Nela poderão decorrer acções perpetradas por efectivos que, podendo ter pouca expressão numérica, poderão causar danos irreparáveis e que influenciam a conduta das batalhas. Tais acções, podendo ser executadas por células irregulares, elementos afectos ou simpatizantes do inimigo ou, até, por vectores lançados por meios que se encontram no ar, na terra, ou no mar, a longas distâncias do ponto de impacto, geralmente caracteri-

zam-se por produzirem poucas baixas em quem as executa e provocarem efeitos altamente devastadores para a Força que as sofreu. Para além disso, o efeito desmoralizador que decorre das acções executadas na ARect, poderá ser arrasador para as tropas que o sofrem e pôr em causa o sucesso a que estas se propõem. A fluidez dos campos de batalha da actualidade, as dimensões exageradas que, por vezes, assumem, as distâncias a que estão dispostas as Unidades de manobra e os intervalos que as separam, a alta tecnologia que hoje se utiliza, etc., levantam ameaças às quais a ARect é altamente vulnerável. Situações em que os meios são poucos, em que são grandes as dimensões da ZA ou de um Sector, conjugadas com o princípio do primado da missão exigem decisões em que são assumidos riscos. O que se pretende com a SAR é o seguinte: existindo aquelas ameaças, tendo o Comandante assumido determinados riscos face às contingências e às limitações por ele sentidas, há que reduzir ao máximo as vulnerabilidades e exercer um permanente controlo sobre as mesmas.

3. A SAR – CONCEITOS

A SAR em conjunto com o Controlo de Danos (CD), enquadram-se num conceito mais lato, denominado Protecção da Área da Rectaguarda (PAR). Este último conceito, na sua essência, visa evitar que ocorram interrupções nas actividades de combate e de apoio de serviços, ou seja, que a eficiência para o combate seja afectada, em virtude de terem ocorrido acções executadas pelo inimigo e/ou de terem surgido ocorrências nefastas resultantes de causas naturais. A SAR compreende as medidas a tomar antes, durante e após se terem desencadeado acções limitadas, por forças inimigas (regulares ou irregulares) ou por seus simpatizantes, com a finalidade de reduzir os seus efeitos. Não engloba, contudo, as acções de defesa aérea activa.

Todas as acções de inimigo, realizadas sobre a ARect e que ponham em perigo a Força como um todo, transcendem o âmbito da SAR e devem ser tratadas como sendo parte integrante da batalha principal. O planeamento da SAR deverá ter em conta os níveis da ameaça sobre a ARect e a importância que os Órgãos que nela se encontram implantados têm

para o cumprimento da missão. Os níveis de ameaça são os seguintes:

- **NÍVEL 1** – engloba as actividades conduzidas por agentes do inimigo, seus simpatizantes e/ou organizações terroristas. Nessas actividades deverão inserir-se as que poderão ser classificadas de sabotagem, subversivas e psicológicas. O factor essencial que caracteriza a ameaça deste tipo é o efectivo que a poderá materializar. Se tivéssemos que estabelecer uma fronteira para delimitar, em termos de efectivo, esta ameaça poderíamos referir que se inserem neste nível todas as ameaças inimigas perpetradas por agentes que não ultrapassem o efectivo de uma Secção;

- **NÍVEL 2** – engloba as acções ofensivas, em especial as operações de diversão, de reconhecimento e sabotagem conduzidas, na ARect de uma força, por Unidades de escalão inferior a Batalhão;

- **NÍVEL 3** – desse nível fazem parte as operações aeromoveis, anfíbias, terrestres e incursões aerotransportadas conduzidas por Unidades de escalão igual ou superior a Batalhão.

As Unidades e Órgãos são responsáveis pela sua segurança contra ameaças do Nível 1 e 2.

Ligada ao conceito de SAR estão dois outros que são importantes serem lembrados. São eles:

- **Área de Segurança (ASeg)** – é o espaço sem perímetro perfeitamente definido, onde se inserem várias zonas de segurança, e sob as ordens de um Comando centralizado;

- **Zona de Segurança (ZSeg)** – é o espaço compreendido no interior de um perímetro perfeitamente definido, onde se localiza uma Unidade, ou Unidades, e/ou um Órgão ou Órgãos, e cuja responsabilidade de defesa imediata está atribuída a essa Unidade ou Unidades. Para o efeito poderá utilizar os seus meios orgânicos ou outros colocados sob o seu comando ou controlo operacional.

4. O PLANEAMENTO DA SAR

O planeamento da SAR deverá contemplar a coordenação das medidas de segurança entre os Órgãos instalados na ARect, o auxílio às instalações que sejam atacadas, o patrulhamento de itinerários, a escolta a comboios e colunas, a fiscalização de bases suspeitas de guerrilha e de elementos infiltrados, a neutralização de Zonas de Aterragem e/ou de Lançamento e a procura e destruição de forças inimigas. Para tal deverão ser constituídas forças, denominadas Forças de Intervalo (FIntervalo), responsáveis pelo patru-

lhamento das áreas sensíveis não ocupadas pelos Órgãos ou Unidades, podendo essa tarefa ser atribuídas à GNR, PSP e PE. Contudo, o referido não exclui que outras forças não a possam executar.

A não ser que o Comandante queira assumir riscos calculados, a FIntervalo deverá sempre existir, qualquer que seja o Nível da ameaça, pois é necessário “preencher” os espaços entre as Unidades e/ou Órgãos que se encontram na ARect. Esse “preenchimento” poderá ser obtido através da presença física de forças, podendo essa presença ser permanente ou temporária. Pode, ainda, ser obtido à custa de actividades “móveis” (patrulhas) e/ou estáticas (postos de fiscalização de movimentos autos ou individuais).

Para além da FIntervalo, face ao nível da ameaça, poder-se-á constituir uma Força de Intervenção (FIntervenção). Esta força deverá ser constituída sempre que a ameaça for de Nível 3, pois, como já referimos, para ameaças inferiores, as Unidades são responsáveis pela sua segurança.

A composição e o efectivo das forças destinadas às FIntervalo e às FIntervenção dependem da missão primária da Unidade como um todo, das possibilidades que o inimigo tem de exercer acções sobre a ARect, da análise e dedução da sua intenção sobre essa matéria e dos riscos que o Comandante dessa Unidade admite poder correr.

A protecção das linhas de comunicações deve ser uma preocupação constante a ter em consideração por parte de qualquer força, pois delas depende a sua subsistência e, em certa medida, a sua sobrevivência.

As forças responsáveis pela SAR (FIntervalo, FIntervenção, Unidades e Órgãos) devem ser consideradas como elementos integrantes dum sistema, pelo que a sua disposição no interior da ARect tem de ser previamente ponderada e coordenada. Para além disso, cada Órgão ou Unidade que esteja localizado na ARect deverá elaborar os seus planos de segurança e treinar a sua implementação. Esses planos deverão ser integrados, pelo Órgão ou Entidade responsável pela SAR. Esse responsável deverá ainda, coordenar a satisfação de todos os pedidos de auxílio adicional, difundir os sistemas de alerta a implementar em situação de crise e activá-los quando tal for necessário.

5. A SAR NUMA BRIGADA MECANIZADA INDEPENDENTE

Na área da rectaguarda de uma Brigada Mecanizada Independente (BMI), normalmente situa-se a sua Área de Apoio de Serviços (AApSvc). A

AAPSvc deverá ser considerada como uma ZSeg. Face ao volume de UU/OO localizadas em tal ZSeg e à vulnerabilidade dos mesmos, o Comandante do BAPSvc poderá sentir a necessidade de constituir uma Entidade que, antes e durante uma operação, possa planear e organizar a segurança imediata da AAPSvc. Essa Entidade não deverá ter uma organização fixa e a sua constituição deverá ser transitória, isto é, ser implementada quando necessário. A essa Entidade dá-se o nome de CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA DE ZONA, e poderá estar localizada junto do PCmd daquele Batalhão.

A ARect de uma Brigada deverá ser vista toda ela, por sua vez, como uma ASeg.

Na BMI, compete ao seu Oficial de Operações o planeamento da SAR, a coordenação e a supervisão da implementação do planeado e a condução das actividades afins. Já a responsabilidade do Controlo de Danos, na BMI, recai sobre o Oficial de Logística.

Como já vimos, e como é corroborado pelo nosso RC 130-1, as UU/OO que se encontram no interior de uma ARect são responsáveis pela sua segurança contra ameaças de Níveis 1 e 2 e uma FIntervenção só é constituída para fazer face a ameaças no Nível 3. Ao reflectirmos no referido, tendo em consideração as UU/OO que normalmente se localizam no interior da ARect de uma BMI (GAC, Reserva, BAPSvc, CEng, CTm, PCmdTact/BMI, BtrAAA) e, ainda, que a ameaça de nível 2 contempla forças de Escalão Inferior a Batalhão, poderemos concluir, numa 1ª análise, que:

- As Unidades de Escalão Batalhão que se encontram localizadas nessa ARect têm potencial suficiente para fazer face às ameaças de Nível 1e, no mínimo, retardar as de Nível 2,

- Já as Unidades da BMI de Escalão Inferior a Batalhão irão ter grandes dificuldades em, sozinhas, fazerem face às ameaças de tipo 2.

Pode parecer, à partida, haver uma incongruência na afirmação de que as Unidades de Escalão Companhia devam fazer face às ameaças de Nível 2. Contudo, se pensarmos quais são as dimensões de uma ARect de uma BMI (por exemplo, na defensiva, cerca de 9 a 12Km de frente por 15 a 18 Km de profundidade), quais são as dimensões necessárias ao desenvolvimento para o combate de uma Companhia de Atiradores (na ofensiva, por exemplo, 800 m a 1,5 m), e se tivermos, ainda, em consideração que a ARect está, geralmente, povoada por UU/OO aí localizadas de forma dispersa e quais os tipos de missões e de objectivos que poderão ser concretizados e atingidos, naquele espaço, por um Batalhão, poderemos deduzir:

- Muito dificilmente serão desempenhadas missões na ARect de uma BMI, por Unidades de Escalão Superior a Secção, sem ter sido previamente detectadas e sem se ter concretizado a oportunidade de se

constituir uma força para fazer face àquele inimigo, mesmo à custa das Unidades que têm missões específicas atribuídas. As dimensões da ARect de uma BMI permitem que as Unidades de Escalão Superior a Secção inimigas sejam facilmente detectáveis pela malha constituída pela FIntervalo;

- Os meios das Unidade de Escalão Companhia que se encontram no interior de uma ARect geralmente estão tão dispersos que não são remuneradores para neles serem empregues Forças constituídas de Escalão Superior a Secção. Apesar de estarem dispersos, esses meios encontram-se suficientemente próximos de Unidades de Escalão Batalhão, podendo estas prestarem apoio, caso aquelas sejam ameaçadas.

Aquelas razões por nós deduzidas parecem corroborar a seguinte afirmação, encontrada, por nós, em alguma bibliografia da especialidade e que constitui doutrina: a ameaça típica que poderá ocorrer na ARect de uma Brigada é a de Nível 1. Os considerandos feitos não inviabilizam, contudo, que possam ocorrer ameaças de Nível 2 na ARect de uma BMI. Deles resulta, todavia, a convicção de que é muito pouco provável e pouco razoável que tal possa acontecer. O Oficial de Operações, porém, deverá, no seu planeamento, levantar possíveis linhas de infiltração, locais que possam ser utilizados como Zonas de Aterragem e/ou de Lançamento, ou outras áreas que, tais como aquelas, possam ser utilizadas pelo inimigo, planeando, de imediato, a inviabilização da utilização das mesmas pela força opositora. Assim, tendo em consideração o velho princípio de que se deve “planear para o mais provável, precavendo o mais perigoso”, o Oficial de Operações deverá considerar, no seu planeamento, medidas a concretizar para fazer face às ameaças de Nível 1 e ponderar outras a implementar caso surjam ameaças de Nível 2. Na nossa perspectiva deverá:

- Garantir que a localização das UU/OO no interior da ARect, seja feita de uma forma ponderada. Essa localização deve reflectir a preocupação de, equilibradamente, se garantir a necessária dispersão e, ao mesmo tempo, que essas UU/OO possam prestar, caso se materialize a ameaça, o apoio mútuo;

- No interior da ARect os espaços entre as UU/OO devem ser sempre controlados. Assim, seja qual for o Nível da ameaça, dever-se-á implementar uma FIntervalo, que “ocupe” aqueles espaços e execute patrulhamentos entre as Unidades/Órgãos que se encontram localizadas na ARect de uma BMI (grupo no qual incluímos a AAPSvc). Pela sua formação, as forças que estão mais vocacionadas para este tipo de tarefas, como já dissemos, são as que têm nas suas fileiras polícia (GNR, PSP e PE). Muitas das vezes, em alguns temas tácticos com que nos temos deparado, essa tarefa é atribuída ao Pelotão de PE da Brigada. Ora se considerarmos que esse Pelotão tem, organicamente, um



Oficial, cinco Sargentos, dez Cabos e vinte e cinco Soldados, e que o mesmo deverá garantir a segurança ao PCmdTact da Brigada, montar um Local de Reunião Avançado de Prisioneiros de Guerra, executar escoltas a esses Prisioneiros ou a outros que tal exijam, como sejam os Transviados de Tipo C, implementar a regulação e fiscalização de circulação e, ainda, montar uma Linha de Transviados, poderemos facilmente concluir que não possui o efectivo necessário para cumprir aquelas tarefas, quanto mais para assumir a FIntervalo. Temos a convicção que o efectivo desse Pe-lotão deveria, em termos doutrinários, ser mais lacto, mas face à realidade não nos parece ser lícito atribuir-lhe a tarefa de constituir mais aquela Força no âmbito da SAR. Poderá haver soluções para esta necessidade. Defendemos que cada situação táctica tem a sua especificidade e deverá ser encarada de forma diferente, não havendo soluções tipificadas. Sem querer cair em contradição poderemos afirmar que existem Unidades na BMI que poderão assumir, desde início, ou como “missão subsequente”, temporariamente ou não, aquela Força. Muitas das vezes somos confrontados, nas Ordens de Operações, com a atribuição ao ERec ou à Reserva da missão de executar a SAR. Pelas razões já apontadas, tal deverá ser interpretado (o que nem sempre acontece) como lhes sendo somente exigido a constituição da FIntervalo;

- Para além do referido, o Oficial de Operações deverá prever a constituição de uma Força de Resposta (FResposta) para fazer face a ameaças materializadas por Unidades Inimigas de Escalão Inferior a Batalhão. Alguma literatura defende que essa FResposta possa ser disponibilizada pela FIntervalo. Na nossa opinião isso implicaria desguarnecer a “malha de protecção” que se tem montada na ARect, e exigiria que a força que tem por responsabilidade constituir a FIntervalo tenha um escalão igual ou superior a Batalhão. Estamos convictos que será mais razoável manter incólume a FIntervalo e constituir uma FResposta à custa das

Unidades que se encontram na ARect da Brigada, ficando sob um comando constituído temporariamente e unicamente para fazer face à ameaça detectada. A situação descrita poderá estar contemplada no plano da SAR. Nele poderá, ainda, constar a referência a um ou mais locais de concentração da FResposta, com a finalidade de lhe servir de Base de Ataque.

6. PRINCIPIOS DA SAR

O planeamento da SAR deverá subordinar-se à satisfação de alguns princípios fundamentais. Assim, as áreas de responsabilidade de cada Unidade que se encontram na ARect da Unidade deverão estar completamente definidas, não podendo haver dúvidas sobre o assunto. Tal é tão mais importante quanto maior for o nível da ameaça. Em qualquer circunstância é essencial para o êxito da SAR que se verifique uma indubitável unidade de comando, conjugada com uma eficiente capacidade de Comando, Controlo e Comunicações. A difusão oportuna da informação é essencial, pois dela depende a continua avaliação das capacidades, possibilidades e intenções da ameaça e a ponderação da capacidade e da possibilidade de intervenção oportuna da Força a quem compete fazer face àquela ameaça. Em qualquer circunstância dever-se-á integrar no plano principal da SAR, as Unidades que se encontram permanentemente ou em trânsito, na ARect. Tal princípio não visa somente a segurança da Força principal, mas também daquelas Unidades. Não se pode esquecer que uma SAR eficiente exige que a Força se comporte como um todo integrado, em que a sua segurança depende, em muito, da segurança das suas partes, ou seja, das suas Unidades.

Francisco Xavier de Sousa
Tenente Coronel de Cavalaria

BIBLIOGRAFIA:

- RC 130 – 1, OPERAÇÕES, Vol 1, Outubro de 1987;
- FM 3-0 OPERATIONS, Junho 2001;
- FM 101-5 STAFF ORGANIZATION AND OPERATIONS, Maio 1997;
- FM 3-90 TACTICS, Julho 2001;
- Conferência subordinada ao tema “O PLANEAMENTO DA SAR”, realizada na BMI, em 2002, pelo TCor Inf Nuno Rocha e pelo TCor Cav Neves de Abreu.



O APOIO DE COMUNICAÇÕES NA BMI

SITUAÇÃO ACTUAL E FUTURO DESEJÁVEL

No passado dia 9 de Novembro de 2002 realizou-se no Campo Militar de Santa Margarida um Seminário subordinado ao tema "O Apoio de comunicações à BMI – Situação Actual e o Futuro Desejável".

A abertura do Seminário esteve a cargo do Exmo Comandante do CMSM e da BMI, Major-General Oliveira Cardoso, e enquadrou-se no âmbito dos encontros de carácter técnico/táctico, tendo em vista uma melhoria da instrução, formação de quadros e sensibilização para a melhoria tecnológica dos meios de Comando e Controlo da Brigada Mecanizada Independente.

O apoio de comunicações na BMI - Situação actual da CTm/BMI

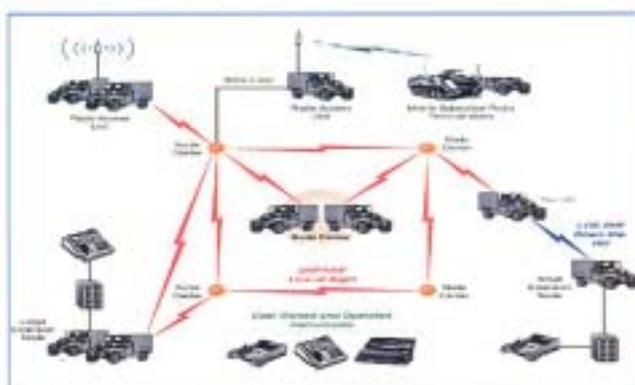
Foi palestrante o Sr. Major de Transmissões (Eng.) Carlos Ribeiro. Na ocasião o Sr. Major fez uma apresentação global das possibilidades e limitações da CTm/BMI, tendo apresentado uma visão actual dos sistemas disponíveis para o apoio de comunicações na BMI. Caracterizou o Sistema de Comando e Controlo, como tendo uma reduzida capacidade de transmissão e recepção de dados, assentar em processos rígidos de circulação e difusão da informação, ter por base circuitos de voz, ter reduzida capacidade de segurança das comunicações, deficiente obtenção de informações ao nível estratégico, por falta de meios adequados e ter baixa interoperabilidade com os Sistemas de Comando e Controlo dos outros ramos e da OTAN.

O Sistema de Comando e Controlo continua a basear-se em comunicações à voz e por STM 3 (sistema que substituiu o teleimpressor), embora a Unidade tenha já alguma capacidade de transmissão de imagem. O Comando e Controlo, à voz, são exercidos através das várias redes rádio definidas pelas ITTm/BMI e por intermédio da rede telefónica.

Dos meios existentes, a rede telefónica é o meio mais flexível e potencial; quando interligada aos Feixes Hertzianos (FHZ), permite ligações à rede automática a partir da Central do CTP/CMSM com pos-

sibilidade de integração nas redes telefónicas Militar e Civil Nacionais.

As comunicações por STM 3 podem apoiar-se em meios rádio, FHZ e/ou fio, consoante a situação táctica e os meios disponíveis.

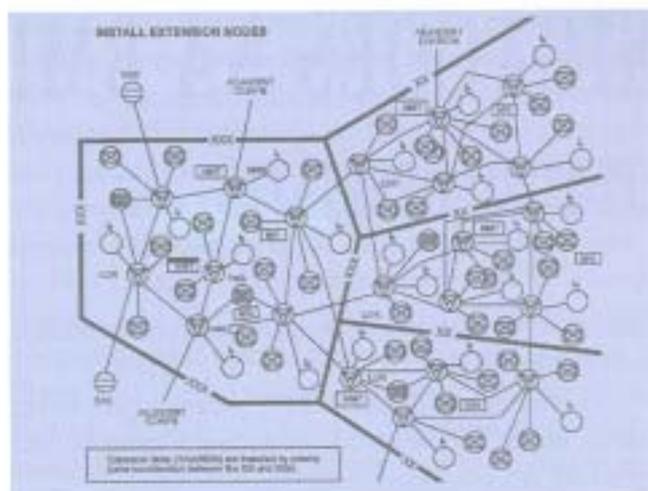


O futuro

Numa breve alusão às necessidades futuras e tendo por base o moderno campo de batalha foram referidas as características operacionais que mais se destacam na implementação do novo Sistema de Comunicações:

- Aumento da mobilidade das forças;
- A projecção de Forças para Teatros de Operações, cada vez mais afastados do país de origem, implica a necessidade de um planeamento adaptativo e passível de fazer face a mudanças dinâmicas da situação;
- Terminais dos utilizadores com um grau de complexidade crescente e Postos de Comando mais complexos;
- Maior dimensão do Sistema de Comunicações a implementar e a gerir, devido a situações que implicam maior dispersão do PC e a consequente dispersão dos nós de comunicações;
- Planeamento do Sistema de Comunicações de forma a aumentar a sua capacidade de resistência a Contra Medidas Electrónicas (CME), levadas a cabo pelas forças opositoras;
- Reforço da segurança, na gestão do Sistema de Comunicações e nas aplicações do utilizador, com recurso à autenticação de acessos e a chaves de gestão do sistema;



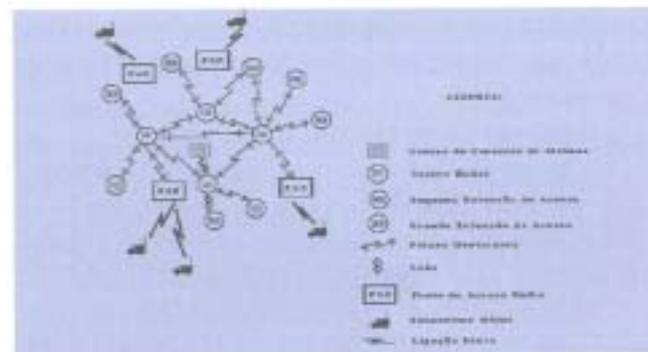


- Necessidade de interligar vários subsistemas, tais como: redes táticas aliadas, redes de área local (LAN – Local Area Network), redes estratégicas de comunicações militares e civis;

- Gestão de frequências e administração de chaves cripto num contexto global de política de segurança internacional (nível NATO).

Os sistemas de comunicações táticos devem caracterizar-se por possuir uma rede em malha constituída por nós (arquitetura nodal), permitir a cobertura de área, disponibilizar pontos de acesso filares e rádio para utilizadores fixos, disponibilizar pontos de acesso rádio para utilizadores móveis e permitir o controlo centralizado do sistema.

Os requisitos operacionais gerais exigidos ao futuro Sistema Tático de Comunicações (SITACO) são os seguintes:



- **Capacidade de Teleserviços** – o SITACO deve permitir a transmissão de voz, dados, mensagens, FAX e vídeo.

- **Interoperabilidade** – o sistema deve ser interoperável com os sistemas fixos (SITEP, SICOM e outras redes), sistemas de comunicações dos outros ramos e sistemas de comunicações estrangeiros (ao nível da OTAN).

- **Segurança** – o sistema deve permitir a circulação de qualquer tipo de informação classificada até NATO SECRETO e respeitar as determinações e normas estabelecidas pela NATO, no que respeita à segurança das comunicações.

As funções de segurança previstas para a rede são as seguintes:

1. **Confidencialidade** – toda a comunicação de informação classificada deve ser protegida contra acesso não autorizado;

2. **Integridade da informação;**

3. **Disponibilidade** – os serviços para os utilizadores da rede tática deverão estar de acordo com a classificação e categoria da informação a transmitir;

4. **Autenticação;**

5. **Controlo de acesso** – capacidade de permitir a definição dos direitos de acesso à informação;

6. **Auditoria** – o sistema deve registar todos os eventos de segurança para permitir uma análise posterior que permita avaliar os acessos não autorizados.

- **Sobrevivência** – obtida através da adopção das seguintes medidas:

1. **Redundância;**

2. **Capacidade de reorganização ou reconstituição;**

3. **Protecção contra acções de Guerra Electrónica inimigas;**

4. **Mobilidade e transportabilidade;**

5. **Protecção NBQ e contra efeitos colaterais nucleares (efeito electromagnético);**

6. **Segurança on-line;**

7. **Resistência aos efeitos das armas convencionais;**

8. **Dispersão.**

- **Flexibilidade e Adaptabilidade** – às condições fluídas dos novos campos de batalha e aos previsíveis cenários de emprego das Forças Terrestres, devendo ter-se em consideração a modularidade dos sistemas.

- **Normas** – o sistema deve respeitar as normas OTAN (ratificadas por Portugal), as normas nacionais e também, quando aplicáveis e vantajosas, as normas comerciais internacionais.

- **Gestão de Frequências** – este ponto é fundamental para o sistema, devido à diminuição do espectro electromagnético disponível para as actividades militares (resultante da crescente apetência dos sistemas civis pelo espectro total disponível), face às elevadas quantidades de informação a transmitir. Para minorar esta limitação, devem ser introduzidas novas técnicas de transmissão, de controlo de emissão e ao emprego de programas para a gestão automática de frequências.

O novo conceito de comunicações táticas para o Sistema de Forças Nacionais (SFN)

Este tema foi abordado pelo Sr. Coronel de Transmissões (Eng.) Dario Carreira, tendo começado por fazer algumas reflexões sobre as Tecnologias da Informação (TI), e o seu impacto em operações militares. "O domínio da informação é dinâmico; as ideias conduzem a tecnologia e, ao mesmo tempo,

a tecnologia cria novas possibilidades, as quais propiciam o nascimento de novas ideias. Por outro lado, as tecnologias criam novas capacidades e, naturalmente também, algumas vulnerabilidades." Assim certas decisões de vida ou morte vão sendo cada vez mais rotineiramente, tomadas de forma automática por computadores, no entanto existe sempre algum grau de supervisão humana.

Comando e Controlo (C2) CIS Tático

A OTAN aponta a definição de C2, como sendo "O exercício de autoridade e direcção, efectuado por um determinado comandante, sobre forças atribuídas ao cumprimento de uma missão". As funções de Comando e Controlo são realizadas através de um conjunto de pessoal, equipamento, comunicações, facilidades e procedimentos, os quais são empregues pelo CMDT, no planeamento, direcção, coordenação e controlo das forças e das operações no cumprimento da missão.

O CIS Tático, insere-se na capacidade de C2, e deverá contemplar aplicações operacionais para os utilizadores, nas componentes de Estado Maior (G1, G2, G3, G4, ...), a dois níveis; um Sistema de Informação de Comando e Controlo do Exército (SICCE), e um serviço de mensagens automático ou correio militar standard (MMHS – Military Message Handling System). Por outro lado deve ter subjacente uma estrutura de transporte da informação, isto é, de comunicações tácticas, de acordo com os objectivos e requisitos do SITACO.



O SICCE deve ser capaz: de servir de suporte eficaz às principais áreas funcionais de Estado Maior, reduzindo ao mínimo o tempo consumido, libertando, desta forma o pessoal para a concentração nas tarefas essenciais, em especial as operacionais; suportar a apresentação da situação operacional (terreno e Unidades) permanentemente actualizada como base essencial para a avaliação da situação e permitir uma rápida e eficiente transmissão dos planos e ordens a todos os intervenientes.

Interoperabilidade

O SICCE deve ser interoperável com outros sistemas, tanto de outros ramos, como com os sistemas dos países aliados, este é um desafio importante, de modo que, para operar efectivamente juntos, nos dias

de hoje, é crucial ter uma "VISÃO" partilhada do cenário operacional, para que os diferentes componentes tenham uma boa compreensão da situação real, (SA-Situational Awareness) a fim de poderem reagir pronta e eficazmente, sempre que necessário.



A interoperabilidade situa-se ao nível operacional, procedimental e técnica. No entanto o Sistema deve garantir a liberdade e independência para cada país constituir a sua própria Base de Dados e respectivas aplicações operacionais.

Um sistema C2 para o Exército Português

Para que seja possível ter um verdadeiro sistema C2 torna-se necessário conjugar o SITACO, o SICCE e as Aplicações que hão-de correr nesta plataforma, de maneira a tornar perfeitamente compreensível e acessível o sistema a todos os intervenientes que tenham a necessidade de conhecer.

A rede táctica interliga com a rede estratégica, rede civil e outras redes.

Um dos mais importantes serviços de Comunicação de Dados é o correio electrónico.

Utiliza-se a série de recomendações X.400, para o serviço de mail, quer no gabinete, quer no campo.

Esta facilidade é ampliada com funções administrativas e de arquivo, para apoiar mensagens militares formatadas.

É dada uma atenção especial à gestão da rede, segurança e facilidades comuns tais como, armazenamento, distribuição e registo de mensagens, etc.

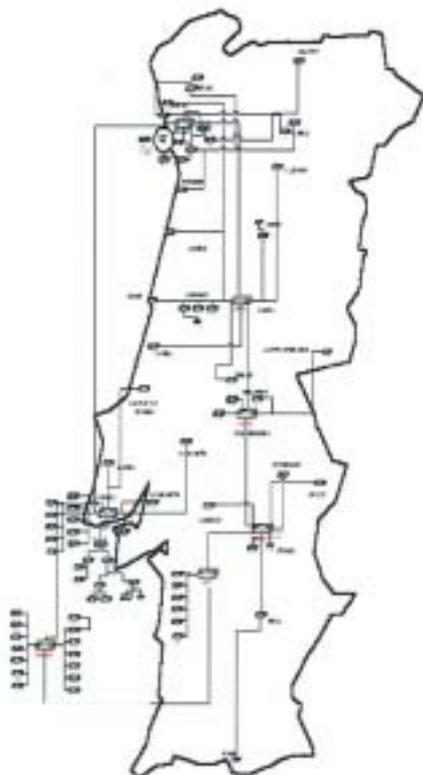
A rede de comunicações táctica é um subsistema independente. Isso permite-nos utilizar de forma modular e faseada alguns dos equipamentos existentes no Exército, garantindo a sua evolução no âmbito do conceito PG6 da NATO (SITACO/REDEX), bem como a rede do SITEP e civil.

Embora o SICCE seja para o escalão Brigada e superior, é salvaguardada a interligação com o Batalhão através de Rede Rádio de Combate.



A informatização do CMSM

O Sr. Coronel de Transmissões (Eng.) Joaquim Stone deu-nos a conhecer a evolução do processo de informatização do CMSM, bem como a sua calendarização. Explicou também como funciona a rede de dados do Exército.



Esta estrutura consiste na instalação de dois tipos de equipamentos; Routers de área, que são equipamentos capazes de fazer a comutação de dados com responsabilidade de encaminhamento de tráfego entre as diversas UU/EE/OO, e Routers de Unidade, que funcionam como interface local das Unidades com a rede de dados do Exército, com responsabilidade de encaminhar o tráfego que, com origem na Unidade se destina ao exterior e aquele que do exterior se destina à Unidade.

Todos os equipamentos instalados são geridos remotamente, através de um sistema de gestão instalado no centro de gestão da rede existente no RTm. As tarefas de gestão possível incluem configuração, reconfiguração análise de performance e análise de tráfego.

O Projecto "LAN DO CMSM E BMI", onde se incluem as Redes do 1ºBIMec, 2ºBIMec, GAC, BAS, GCC, CEng, ERec, BAAA, CCS/QG, Centro de Saúde/CMSM, RC4, BCS, Quartel da Pucariça, Teatro de Tiro, Pel PE, CTP, SIEM, Delegação da

Manutenção Militar, melhoramentos na Rede do QG/BMI/CMSM e CTm, tem por objectivo primário dotar estas Unidades localizadas na zona urbana do CMSM, de um sistema de transmissão de dados moderno, com ligações de alta capacidade à Rede de Dados do Exército possibilitando transmissão de dados, texto e imagem.

Conclusão

O Sistema de Comando e Controlo da BMI caracteriza-se como tendo uma reduzida capacidade de transmissão e recepção de dados, assentar em processos rígidos de circulação e difusão da informação, ter por base circuitos de voz, ter reduzida capacidade de segurança das comunicações, deficiente obtenção de informações ao nível estratégico, por falta de meios adequados e ter baixa interoperabilidade com os Sistemas de Comando e Controlo dos outros ramos e da OTAN.

Para que seja possível ter um verdadeiro sistema C2 torna-se necessário conjugar o SITACO, o SICCE e as Aplicações que hão-de correr nesta plataforma, de maneira a tornar perfeitamente compreensível e acessível o sistema a todos os intervenientes que tenham necessidade de conhecer.

O Comandante do CMSM e da BMI, Major-General Oliveira Cardoso, manifestou ao auditório a disponibilidade para que o Sistema de C2 apresentado pelos palestrantes, fosse instalado e testado no CMSM.

Na clara percepção da mudança e no intuito de acompanhar a modernidade que se quer para o Exército e face ao que foi explanado neste seminário, parece credível que estamos preparados para uma clara orientação estratégica de mudança, que urge prosseguir, adaptando e mudando ao ritmo do desejável e possível, sempre com a colaboração, dedicação e empenho de todos os interessados, em especial os utilizadores. Assim tornam-se importantes as contribuições de todos para a mudança, de forma a estarmos aptos a responder aos desafios e solicitações colocadas ao SFN no século em que já vivemos.

Francisco António Veiga
Capitão de Tm (Engº)
Cmdt da CTm/BMI



TASK FORCE FOX



Introdução

Task Force Fox (TFF) era o nome da força multinacional da NATO (de escalão Brigada) empregue na missão de apoio à paz que decorreu na FYROM (Former Yugoslavia Republic of Macedónia) entre Outubro de 2001 e Dezembro de 2002. Portugal participou nesta missão com seis equipas de ligação, quatro da BMI e duas da BAI. A primeira força portuguesa nesta missão, que recebeu o nome "Amber Fox", pertencia à BMI e era composta por duas equipas do GAC, permanecendo na FYROM no período de Outubro de 2001 a Janeiro de 2002; a segunda força era da BAI, tinha a mesma composição e cobriu o período de Janeiro a Julho de 2002; e a terceira força pertencia novamente à BMI, era composta por uma equipa do GAC e outra do RC4 e cumpriu a sua missão de Julho a Dezembro de 2002. A TFF foi liderada inicialmente pela Alemanha, que foi substituída em Junho 2002 pela Holanda.

A FYROM

A FYROM é um estado independente desde Setembro de 1991, após a desagregação da Federação Jugoslávia. Durante o processo que levou à sua independência não foram registados conflitos, com 72% da população a pronunciar-se a favor deste veredicto. Este país é constituído por várias etnias (67% Eslavos, 23% Albaneses, 4% Turcos, 2% Sérvios, 2% Ciganos, 2% outras etnias), sendo a principal língua o macedónio, seguido pelo albanês. O país divide-se administrativamente em 123 municípios, sendo a economia mais fraca das antigas Repúblicas da Jugoslávia, com a população distribuída pela agricultura (12%), indústria (25%) e serviços (63%). O exército e as forças policiais integram ambos um efectivo designado por reservistas, regulares e forças especiais.

A crise surge após o conflito entre sérvios e albaneses na província do Kosovo (República Federal



da Jugoslávia), com o movimento armado designado por UÇK (Exército de Libertação Nacional), de etnia albanesa, a infiltrar-se na FYROM e combatendo contra as forças governamentais, reivindicando um aumento dos direitos dos albaneses da Macedónia, na tentativa de lançar os alicerces para a criação de uma "Grande Albânia", que englobaria ainda o Kosovo e a própria Albânia. O conflito teve a duração de sete meses, entre Fevereiro e Agosto de 2001, e, após várias violações de cessar-fogo, foi celebrado o acordo de paz conhecido por "OHRID AGREEMENT". Com a celebração do acordo, foi enviado para a FYROM uma força multinacional, a "TASK FORCE HARVEST", que teve a duração de um mês e que recolheu cerca de 3300 armas do UÇK.

Em Outubro de 2001, iniciou-se a "TASK FORCE FOX" com o objectivo de acompanhar a implementação do acordo de paz que, além de outras coisas, prevê uma amnistia para os membros do UÇK, desde que não tenham cometido crimes de guerra, uma revisão da constituição de 1991, a criação de um estatuto para a língua albanesa, a reforma das forças policiais e a constituição de novos municípios por etnias. A zona mais afectada foi o norte do país, que faz fronteira com o KOSOVO, tendo a região sido designada como área de crise e passando assim a ser o sector da TFF. As forças governamentais ocuparam posições no terreno, montando postos de observação e postos de controlo junto de diversas localidades.

Em 15 de Setembro de 2002 decorreram as eleições, em resultado das quais foi formado um novo governo com a coligação formada pelo partido alba-

nês DUI (Democratic Union for Integration), composto por alguns ex-combatentes do UÇK, e uma coligação entre dois partidos macedónios designada por "For Macedonian Together". A estabilidade na FYROM passa pois por uma aceitação da nova situação política e a capacidade do governo para fazer face aos diversos problemas sociais, como é o caso da grande criminalidade, divergências entre etnias e o desemprego. O futuro da FYROM passa assim por uma retirada gradual das forças policiais e do exército no terreno, pela reforma da administração interna e pela redução da presença internacional.

Task Force Fox

A TFF era uma força de escalão Brigada com um efectivo aproximado de 1000 homens. O seu comando é constituído por cerca de 350 militares,



na sua maioria pertencentes à nação líder, e estava sediado num estacionamento designado por "CAMP FOX", junto à cidade de Skopje, capital da FYROM. Era composto pelo comando, células do J1 ao J8, duas equipas de desminagem, um pelotão de guerra electrónica, uma companhia PE, uma companhia de engenharia, uma companhia de manutenção, uma equipa TACP, uma equipa de ligação ao exército e outra aos observadores internacionais. Integravam esta força três companhias de extracção, um pelotão de reconhecimento e 32 equipas de ligação, distribuídas por seis sectores principais, bem como meios héli usados para transporte, evacuação sanitária, comando e controlo.

A missão da TFF era contribuir para a segurança dos observadores da comunidade internacional

(Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e União Europeia) em apoio adicional às autoridades da FYROM. As suas regras de empenhamento previam o uso da força mínima e proporcional e o uso da força letal só em caso de autodefesa. Foram definidos cinco níveis de actuação: o nível 1 consistia em recolha de informação em apoio aos observadores internacionais; o nível 2 visava a monitorização dos observadores; no nível 3, a força prestava apoio de emergência com meios de apoio sanitário e desminagem; no nível 4, executava operações de extracção; e por último, o nível 5 consistia na utilização de forças especiais em situações de resgate. As equipas de ligação tinham como empenhamento operacional o seguinte:

1. Patrulhamentos diurnos e nocturnos das localidades nas suas áreas de responsabilidade, visando a ligação aos monitores internacionais, a verificação de postos de controlo e de observação, recolha de informação e a familiarização com a população;
2. Contactos formais e informais com autoridades e líderes locais, a fim de ouvir as diversas opiniões;
3. Relatório diário enviado para o chefe do sector e relatório semanal enviado para o COFT;
4. Treino operacional com a realização de exercícios conjuntos envolvendo as equipas de ligação, as companhias de extracção e as equipas de apoio sanitário e desminagem;
5. Acompanhamento de visitas ao sector.

Área de Responsabilidade Portuguesa

O sector atribuído às equipas portuguesas situava-se a norte da capital macedónia e estava integrado no sector principal de Skopje. As localidades que integravam este sector pertencem a seis municípios e o sector está dividido em três áreas, Norte, Oeste e Este.

O sector Norte faz fronteira com o Kosovo, é



predominantemente montanhoso e é composto por aldeias de etnia albanesa cujas casas ficaram afectadas pela guerra, como resultado do avanço das forças do UÇK em direcção à capital. Esta área é permanentemente acompanhada pelas organizações internacionais devido às difíceis condições de vida das populações, trabalhos de desminagem e alguns desentendimentos entre os habitantes destas aldeias com os guardas de fronteira. Esta área tem como principais problemas o seu difícil acesso, dado que os itinerários são maioritariamente em terra, ausência de electricidade e falta de água. Durante o conflito, grande parte da população abandonou as aldeias, resultando assim um elevado número de deslocados. O principal problema de momento resulta do controlo feito pelos guardas de fronteira aos habitantes das aldeias, impedindo o seu livre trânsito devido a não possuírem documentos de identificação.

O sector Oeste é constituído por aldeias de etnia albanesa e situa-se igualmente junto à fronteira com o Kosovo. Na sua parte central existe um aglomerado de aldeias de etnia sérvia, seguindo-se uma diversidade de aldeias de etnia macedónia e albanesa cujo relacionamento se degradou no decorrer do conflito. Neste sector já foi descoberto armamento ilegal por duas vezes e foi aqui que ocorreu um dos casos que está a ser investigado pelo Tribunal Internacional para a Ex-Jugoslávia, o ataque levado a cabo pelas forças governamentais à aldeia albanesa de Lujboten, e de que resultou a morte de 12 habitantes.

O sector Este é composto por várias localidades albanesas e macedónias, sendo de salientar a vila de Aracinovo, junto a Skopje, que viu grande parte das suas casas afectadas aquando da sua ocupação pelo



UÇK. Continua a ser uma das povoações mais problemáticas da área dado que tem uma composição étnica mista de macedónios e albaneses, com estes últimos em maioria e desagradados com a actuação do governo macedónio.

De referir os trabalhos de reconstrução de habitações destruídas e afectadas levado a cabo por uma organização internacional de nome "International Management Group"

(IMG), bem como de reparação da rede eléctrica na parte Norte do sector, contribuindo assim para o aumento de confiança no futuro da Macedónia.

Foi neste sector de características problemáticas que as equipas de ligação portuguesas cumpriram a

sua missão, muitas vezes em condições climatéricas adversas, procurando evitar problemas no trânsito caótico da capital, com falta de apoio logístico e contra a indefinição sobre a continuidade da missão.

15 de Dezembro de 2002 foi a data do fim da

missão "Amber Fox" e dois dias depois regressaram a Portugal as duas equipas de ligação. Estas equipas foram substituídas no terreno por outras duas equipas de ligação também pertencentes à BMI, mas agora no âmbito da missão "Allied Harmony", a nova

missão da NATO na FYROM.

Fernando Domingues Grilo
Capitão da Artilharia



SITREP

SIIRP/QG/BM/CMSM

NOVO OBSERVATÓRIO EM D. PEDRO

Está em curso a construção de uma nova infraestrutura na carreira de tiro de D. Pedro. Trata-se de um projecto desenvolvido na SIEM/CMSM consti-

tuído por uma bancada com a capacidade de 130 lugares sentados e uma torre anexa para observação e direcção de tiro.



EXERCÍCIO DA BRIGADA MECANIZADA INDEPENDENTE “ARCO 022”

Decorreu no polígono do Campo Militar de Santa Margarida, no período de 29 de Outubro a 8 de Novembro de 2002, o exercício “ARCO 022”. Este exercício da Brigada Mecanizada Independente desenvolveu-se num cenário de guerra convencional de operações ofensivas Perseguição, integrada na condução de uma Operação de Resposta a Crises (CRO) que degenera numa Operação de Combate, tendo sido executado nas seguintes modalidades:

- **LOGEX** (Exercício de Logística) – Constituiu a 1ª fase do exercício que decorreu nos dias 29 a 31 de Outubro e coincidiu com a 1ª fase do processo de actualização dos Planos da Manobra Logística para a Projectação da BMI até aos diversos Pontos de Embarque em Território Nacional.



- **FTX** (Exercício no Terreno) – 2ª fase do exercício, decorreu de 4 a 6 de Novembro, tendo por objectivo praticar o planeamento, no escalão Brigada e Batalhão, o Apoio de Serviços e de Combate, pelas suas sub-unidades no âmbito das Operações Ofensivas - operação de Perseguição e Ataque deliberado. Nesta fase do exercício foram envolvidos os seguintes meios:



- Pessoal – 1454 militares da BMI (114 oficiais, 310 sargentos e 1030 praças)
- Viaturas Blindadas de Lagartas (M113; M60, M109A5,...)-98
- Viaturas de rodas-131

Participou também o Pelotão de Aquisição de Objectivos da Escola Prática de Artilharia.

- **LFX (Exercício de Fogos Reais)/ LOGEX(2ª fase)**
 - Constituiu a 3ª fase do exercício, que decorreu no dia 8 de Novembro a partir 11H00 com a realização da 2ª fase do LOGEX deste exercício (Demonstração prática), no Batalhão de Apoio de Serviços/BMI, seguindo-se pelas 11H45 o LFX que consistiu numa demonstração de fogo e manobra por um Sub-Agrupamento e incluiu a execução de tiro real com, Sistema Míssil TOW (c/ ITV e em M113), Obus M109A5 (155 mm), Carro de Combate M60A3TTS, Morteiro Pesado 107mm e Metralhadora Pesada 12,7mm.

- De salientar ainda a participação como Observadores, no âmbito dos Estados Maiores Peninsulares, de 21 oficiais e sargentos da Brigada Mecanizada "Extremadura XI" do Exército Espanhol.

VISITA DO GENERAL CMDT DA FORÇA DE MANOBRA(FMA) DO EXÉRCITO DE ESPANHA Á BMI



No dia 8 de Novembro visitou a Brigada Mecanizada Independente o Tenente General Don Juan Ortuño Such, comandante da Força de Manobra (FMA) do Exército de Espanha e do Quartel General de Alta Prontidão OTAN (HRF-Land), acompanhado pelo Tenente General Abrantes dos Santos, comandante do COFT.

Esta visita coincidiu com a realização da terceira fase do exercício "ARCO 022", tendo estado também presentes, nesta importante actividade da BMI,

o General de Brigada Don Fulgêncio Coll Bucher, comandante da Brigada Mecanizada "EXTREMADURA XI" e Comandante Militar de Badajoz, o Major General Pinto Ferreira, 2º Comandante do QG (HRF-Land) de Valência, 21 oficiais e sargentos da Brigada Mecanizada "Extremadura XI" que participaram neste exercício como Observadores e ainda os capitães que frequentam no presente ano lectivo o CPOS das Armas e Serviços no IAEM.

No final da sua visita, o TGen Ortuño teve oportunidade de manifestar o seu agrado pela forma muito profissional como o exercício tinha decorrido, testemunho reiterado por escrito no Livro de Honra da BMI/CMSM.

EXERCÍCIO "ORION 02"



De 11 a 15 Novembro de 2002 decorreu o CAX deste Exercício, tendo a BMI participado com a totalidade do Cmd e EM e com todas as suas Unidades Orgânicas. O Exercício "ORION 02" de âmbito nacional, visou testar o Sistema Integrado de Comando e Controlo do Exército (SICCE) nos Comandos da BAI, BMI e CIOE, no âmbito de uma Operação de Apoio à Paz (OAP).

PARTICIPAÇÃO DA BMI NO EXERCÍCIO HAWK II/02 FPC, EM ESPANHA

De 20 a 26 de Novembro, uma Célula de Resposta constituída por quinze oficiais e cinco sargentos da Brigada Mecanizada Independente, participou no exercício HAWK II/2, em Espanha. Participaram também neste exercício, Células de Resposta da Itália, da Grécia e da Força Operacional Rápida Europeia





(EUROFOR), para além de várias unidades militares Espanholas.

Este exercício integrou-se na fase final do processo de Certificação do Quartel General de Corpo de Exército de Emprego Rápido (HQ NRDC-5) de Bétera (Valência), como Quartel General de Alta Prontidão (HRF).

O processo iniciou-se no passado mês de Outubro, com a realização da 1ª fase, em que foi verificada toda a documentação e todas as NEP's (Normas de Execução Permanente) do HQ NRDC-5, fase em que também esteve presente o Oficial de Operações da BMI.

APOIO À REALIZAÇÃO DO FILME "OS IMORTAIS"



Decorreram no período de 15 a 18 de Novembro de 2002, na região da Lagoa do Meio do Campo Militar de Santa Margarida, parte das filmagens do filme "OS IMORTAIS" do realizador António Pedro de Vasconcelos, que foram apoiadas com meios do CMSM e do Exército.

Participaram no filme, entre outros, os actores Joaquim de Almeida, Rui Unas, Rogério Samora, Joaquim Nicolau, Filipe Duarte e José Mora Ramos.

CERIMÓNIA DE ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO CAMPO MILITAR DE SANTA MARGARIDA 1952-2002

Realizou-se no dia 14 de Novembro de 2002, na Parada do Quartel General da BMI e do CMSM, a cerimónia de encerramento das comemorações do 50

aniversário do Campo Militar de Santa Margarida, presidida por Sua Excelência o General Chefe do Estado Maior do Exército, José Manuel da Silva Viegas.



Nesta Cerimónia procedeu-se á inauguração de um Monumento e à apresentação de uma Revista especial sobre a história do CMSM, seguindo-se a assinatura do Livro de Honra.

O Monumento pretende assinalar, com uma carga simbólica significativa, a comemoração dos 50 anos de existência do Campo Militar de Santa Margarida.

A localização escolhida foi o espaço exterior do Quartel General, articulando-se com o monumento já existente, quer em forma quer em volumetria. O seu significado é o seguinte:

A base onde assenta a escultura igual ao do actual mausoléu, quer dizer que é também a mesma, a raça, a fibra, a vontade, o espírito dos que continuaram a obra começada há já cinco décadas.

Sobre essa base assenta uma peça idêntica à coluna onde estão gravadas as placas comemorativas dos aniversários da Brigada, o que significa que em tudo, nós, os de hoje, somos iguais.

Mas, ao serem utilizados materiais diferentes pretende-se que nos vejamos bem inseridos na actualidade, modernizados, conscientes de que defendendo valores idênticos aos dos nossos antecessores, estamos preparados para as novas inovações e com elas queremos viver. Daí que a luz que dela saia tenha a ver na nossa simbologia com o futuro.

PARTICIPAÇÃO DA BAAA/BMI NO EXERCÍCIO "RELÂMPAGO 02"



A Bateria de Artilharia Antiaérea da BMI, participou no período de 17 a 21 de Novembro de 2002, no exercício de respon-



sabilidade primária do COFT "Relâmpago 02", destinado a desenvolver a capacidade operacional das Unidades de Artilharia Antiaérea da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército.

A finalidade do exercício foi conduzir o treino tático das guarnições dos Sistemas de armas SHORAD (Chaparral e Stinger) ao serviço do Exército Português e execução de fogos reais com estes sistemas de armas.

Para a execução de fogos reais foi construída uma carreira de tiro temporária, com as características físicas adequadas às condições de segurança exigidas, na região de Fonte dos Morangos (Vieira de Leiria).

Na sessão de fogos reais foram validados os alvos aéreos LZS 5000, de origem Alemã e os sistemas de armas M48A3E1 Chaparral, recepcionadas em 2000 e que pela primeira vez efectuaram tiro ao serviço do Exército Português.

EXERCÍCIO "MAUBERE 02"



Decorreu no período de 9 a 13 de Dezembro, o exercício "MAUBERE 02", final de aprontamento do 1ºBIMec/BMI que, iniciou o seu aprontamento em 19 de Agosto de 2002 e em Janeiro de 2003, rendeu o 2º BIAT/UNMISSET/PKF no Teatro de Operações de Timor Leste.

Este exercício decorreu no Polígono de Tiro do Campo Militar de Santa Margarida, seus arredores e nas regiões de MAÇÃO, PONTE DE SÔR e ABRANTES, caracterizando-se por um grau elevado

de exigência, para o Comando do Batalhão e as suas tropas, ao nível do planeamento, da coordenação e sobretudo da execução.

No dia 13 de Dezembro, VIP DAY do Exercício, esteve presente o Exmo General Chefe do Estado-Maior do Exército, que após um brífingue efectuado pelo Sr Tenente-Coronel de Infantaria Eugénio Francisco Nunes Henriques, comandante do 1º BIMec, teve oportunidade de assistir ao desempenho do Batalhão no decorrer de um dos cinquenta e nove incidentes destes quatro dias de exercício.

CERIMÓNIA DE ENTREGA DO ESTANDARTE NACIONAL AO 1º BIMEC / UNMISSET



Em 18 de Dezembro de 2002 realizou-se no Campo Militar de Santa Margarida, a cerimónia militar de entrega do Estandarte Nacional ao 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado / United Nations Mission of Support in East Timor (1ºBIMec / UNMISSET), presidida por Sua Excelência o General Chefe do Estado-Maior do Exército.

O 1º BIMec / UNMISSET é comandado pelo Sr Tenente-Coronel de Infantaria Eugénio Francisco Nunes Henriques e é constituído por Comando e Estado-Maior, duas Companhias de Atiradores, uma Companhia de Fuzileiros e uma Companhia de Apoio, com um total de 648 militares.

CONCURSO DE PRESÉPIOS DE NATAL 02



Realizou-se na manhã do dia 19DEC02, mais um Concurso de Presépios do CMSM. É de salientar, mais uma vez, a excelente qualidade de todos os presépios, exemplares pela sua simplicidade e autenticidade.

Avaliados segundo os critérios previamente definidos de, originalidade, espiritualidade, empenhamento, especificidade, ambiente e perspectiva nocturna, este ano ficaram classificados em primeiro lugar, a Companhia de Transmissões e a Companhia de Engenharia.

FESTA DE NATAL 02/CMSM

Dia 19DEC02 realizou-se no cinema a Festa de Natal do CMSM destinada essencialmente aos filhos de todos os militares e civis que prestam serviço no Campo e respectivas famílias. Do programa constou a participação das Escolas do CMSM, a projecção do filme "A IDADE DO GELO" e um lanche nas respectivas Unidades, que incluiu a distribuição de prendas de Natal aos mais novos.

JURAMENTO DE BANDEIRA



Em cerimónias presididas pelo Exmo Major General Comandante do Campo Militar de Santa Margarida e da Brigada Mecanizada Independente, decorreram nos dias 22 de Novembro e 20 de Dezembro de 2002, as cerimónias de Juramento de Bandeira dos soldados Recrutados, respectivamente, dos 5º e 6º Turno/02, do Grupo B. A todos os familiares e amigos presentes foram distribuídos, um desdobrável contendo informação geral sobre o CMSM e a BMI, e uma carta do Exmo MGen comandante.



VISITA DE S. EX^a REV^a O BISPO DAS FA E SEG AO 1º BIMEC



Em 7 de Janeiro de 2003 efectuou uma visita ao 1ºBIMEc / UNMISSET, S.Ex^a Rev^a D.Januário Torgal Mendes Ferreira, Bispo da Diocese das Forças Armadas e de Segurança.

Em conferência realizada no cinema do CMSM, dirigiu-se a todos os militares que estavam de partida para Timor, tendo no final proferido uma oração de benção.

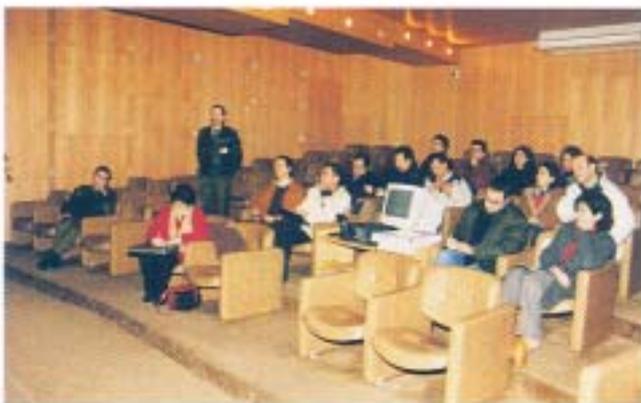
VISITA DE INVESTIGADORES DO IAV / UC



No âmbito do Protocolo entre o CMSM e o Instituto de Ambiente e Vida / UNIVERSIDADE DE COIMBRA, realizou-se em 22 de Janeiro uma visita de onze investigadores sob a coordenação da

Presidente do IAV – Prof Dra Isabel Abrantes. Após terem assistido a um briefing sobre o CMSM/ BMI e Ambiente no Auditório do QG, efectuaram uma visita à ETAR e pateiras. Na parte de tarde deslocaram-se à zona das barragens e Lagoas Temporárias (Lagoa do Porco, Lagoa de Cima, Lagoa do Meio e Lagoa da Murta).

VISITA DE DELEGAÇÃO DO MDN, ET&P E DELEGADO DO EXÉRCITO



Com o objectivo de fazer um ponto da situação sobre a implementação do Sistema de Gestão Ambiental no CMSM estiveram presentes em 23 de Janeiro, a Dra Isabel Leitão e TCor Art Estrela Soares da DGIE/MDN, a Eng^a Joana Guimarães e o Eng^o Francisco Soares (Consultores /Auditores da ET&P e o TCor Eng Firme Gaspar da DSE (Delegado do Ambiente para a estrutura ambiental do Exército).

Foram avaliadas ambientalmente, com particular atenção, o BCS/CMSM, o 1º BIMEc/BMI e o RC4/CMSM.

VISITA DO DGIE/MDN



Em 29 de Janeiro de 2003 visitou o CMSM o Exmo Director Geral de Infra-estruturas do MDN, engenheiro Alabaça, acompanhado pelo DSE, Major

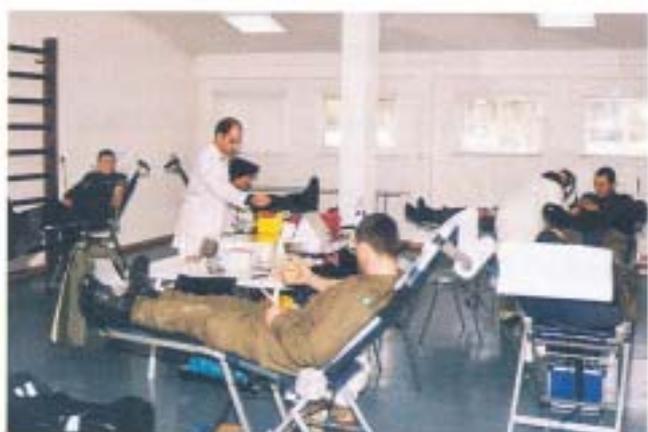
General Pirote. Esta visita foi organizada por forma a dar a conhecer o CMSM nas vertentes das suas infra-estruturas e Plano de Expansão.

PALESTRA DO IASFA NO CMSM



No dia 5 de Fevereiro de 2003 decorreu no auditório do Quartel da Artilharia/CMSM, uma sessão de informação e esclarecimento aos oficiais e sargentos do QP, das Unidades do CMSM, sobre a actividade do Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA), que contou com a participação do seu director, Tenente General Pires Mateus.

COLHEITA DE SANGUE NO CMSM



Em 27 de Fevereiro decorreu neste Campo Militar mais uma colheita de sangue promovida pelo Instituto Português do Sangue em colaboração com o CMSM.

Nesta recolha, efectuada ao abrigo do Protocolo estabelecido entre o Exército Português e o IPS, foram utilizadas as instalações do Centro de Saúde e uma das Unidades Móveis daquele Instituto, com acompanhamento de uma técnica de saúde.

Foram recolhidas 156 amostras de sangue perfazendo um total de setenta vírgula dois litros.

XIII ACAMPAMENTO "MARGARIDAS" - AGR 707 CNE

Promovido pelo Agrupamento 707 do Corpo Nacional de Escutas (CNE) e com o apoio do CMSM, decorreu neste Campo Militar, de 1 a 4 de Março de 2003 o acampamento "Margaridas", que contou com a presença de cerca de cento e cinquenta escuteiros, entre dirigentes, jovens e crianças.

VISITA CPC/2003 PARTE GERAL



Em 11 de Março, efectuaram uma visita à BMI/CMSM os alunos do Curso de Promoção a Capitão/2003 (parte geral). Esta visita foi organizada por forma a proporcionar aos alunos, o conhecimento da Missão, Organização, Possibilidades e Modo de Emprego operacional de uma GU do Exército, através da observação de um Exercício Tático.

Dia do RC4/CMSM



O Regimento de Cavalaria N.º 4, celebrou no dia 13 de Março de 2003 o seu Dia Festivo. Nesta data,

comemora-se a Batalha de Viella em 1814 no qual o Regimento tomou parte activa evidenciando o valor e bravura dos seus homens.

Este ano, estiveram presentes diversas personalidades civis e militares que se dignaram associar-se ao Regimento na evocação dos seus feitos. Entre estas, o destaque foi para o Tenente General Sousa Pinto, Director Honorário da Arma de Cavalaria, que presidiu às cerimónias.

Após a cerimónia militar, decorreu na Biblioteca e Museu da Unidade, o lançamento da Revista "MOMENTOS" e de um CD-ROM sobre o RC4.

Para finalizar, os convidados puderam assistir a uma demonstração de actividades de instrução e operacionais do Regimento, entre as quais uma demonstração do Agrupamento GOLF, naquilo que será o seu dia-a-dia no Teatro de Operações da Bósnia e Herzegovina.

EXERCÍCIO ROSA BRAVA 031

No âmbito do programa de treino operacional realizou-se no Campo Militar de Santa Margarida, durante os meses de Fevereiro e Março o Exercício ROSA BRAVA 031.



Este Exercício foi organizado em 4 fases: seminário (EXSTUDY) (06FEV), materializado com a realização de uma palestra sobre a nova sistematização do Processo de Decisão Militar; exercício logístico (LOGEX) (24 a 28FEV), para verificação do planeamento logístico e treino de procedimentos

administrativo-logísticos, de acordo com o cenário aprovado para o exercício; exercício de postos de comando (CPX) (17 a 20MAR), onde foram simulados e treinados os procedimentos de comando e controlo a aplicar posteriormente com as forças no terreno; exercício com forças no terreno (FTX) (24 a 26MAR) e exercício com fogos reais (LFX) (28MAR).

Para além da totalidade das Unidades Orgânicas da BMI, que estão em Território Nacional, participaram as seguintes unidades da Componente Operacional do Exército:

Da Brigada Ligeira de Intervenção (BLI):

- 1 Companhia de Atiradores do 2ºBI/BLI(RI14);
- 1 Pelotão de Reconhecimento do ERec/BLI (RC 6);

Da Escola Prática de Engenharia:

- 1 Pelotão de Pontes Flutuantes;
 - 1 Pelotão de Defesa NBQ;
- Da Escola Prática de Artilharia:
- 1 Bateria de Bocas de Fogo;
 - 1 Pelotão de Aquisição de Objectivos; Do Regimento de Artilharia antiaérea;
 - 1 Pelotão de Mísseis Chaparral; Do Batalhão de Comandos;
 - 1 Companhia de Comandos;

envolvendo cerca de 2000 militares, 120 viaturas de lagartas e 250 viaturas de rodas.

NOVO ADJ CMD DA BMI/CMSM

Em 8 de Janeiro 03 tomou posse o novo Adjunto do Comando da BMI e do CMSM. Em cerimónia sim-



ples realizada na Biblioteca do Quartel General, procedeu-se à substituição do Sargento Mor Jaime Alves, de partida para Timor, pelo Sargento Mor Ventura Guerreiro.





PASSAGEM Á REFORMA DO “SR MANUEL”

Manuel Filipe de Matos, nasceu a 06 de Abril de 1933, em Juncal do Campo, Castelo Branco. Aos 17 anos, começou por exercer a profissão de barbeiro nessa localidade. Chegada a idade de cumprir o serviço militar, assentou praça, em 11 de Maio de 1954, no Batalhão de Caçadores 6, em Castelo Branco, com a especialidade de atirador. Após a recruta, foi nomeado para Santa Margarida, onde chegou em Setembro desse mesmo ano, sendo colocado no CIM, Messe de Oficiais, como faxina, onde se manteve até 29 de Fevereiro de 1956, data em que passou à disponibilidade. Entretanto, o Brigadeiro Almeida Ribeiro convidou-o para ingressar no QPCE, como servente de segunda classe. Apresentou-se em 01 de Abril de 1956, tendo ingressado no quadro em 04 de Outubro desse mesmo ano. Em 06 de Fevereiro de 1965, foi nomeado Guarda de Armazém. Em 29 de Abril de 1966, obtém a categoria de operário de segunda classe, para em 23 de Outubro de 1971, ser promovido a cozinheiro de primeira classe. Em 11 de Março de 1978, em virtude de terem sido extintas as classes, na sequência de uma reestruturação das carreiras, passa à categoria de cozinheiro. No entanto, em 01 de Julho de 1979, volta a ser considerado cozinheiro de primeira classe. Em 16 de Setembro de 1989, é promovido a cozinheiro chefe, na sequência da pres-

tação provas na EPAM, onde se classificou em primeiro lugar a nível nacional.

O seu relacionamento com as praças que prestaram serviço no Rancho Geral e nas Messes de Oficiais e Sargentos foi sempre bom, porque diz ser «um homem compreensivo e de respeito». Com os chefes de serviço manteve sempre «um relação correcta e leal». Ao longo de todo o tempo de permanência na instituição, manteve, de muito perto, «um relacionamento com todas as esferas militares, inclusive presidentes da República e ministros», nunca sentindo «qualquer discriminação», antes, pelo contrário, sempre recebeu «carinho e bom trato».

Ao completar 70 anos de idade, é chegada a hora de passar à situação de aposentação. Foram assim 49 anos ao serviço da instituição militar, durante a qual lhe foram concedidos sete louvores e a medalha D. Afonso Henriques. Nesta hora de despedida, frisa que gostou de trabalhar com todos, «desde os soldados aos generais», levando como recordação «os bons e os maus momentos passados na instituição militar», deixando a todos «um abraço amigo».

Na situação de reforma, irá procurar distrair-se o mais possível, dando à família o que não conseguiu proporcionar enquanto na efectividade de serviço.



DISMETRIAS DOS MEMBROS INFERIORES NO ATLETISMO

NORMALIZAÇÃO MIOARTICULAR E CORRECÇÃO

Área de investigação : Avaliação da função e disfunção do sistema músculo- esquelético

Resumo

As dismetrias dos membros inferiores são causa frequente de queixas do foro ortopédico e mesmo as inferiores a 10 mm., habitualmente tidos como desvalorizáveis sob o ponto de vista clínico, suspeita-se que influenciam negativamente o desempenho no atletismo, podem ser responsáveis por queixas e lesões osteoarticulares no cidadão comum. O autor estudou 36 militares do CMSM participantes na estafeta anual D. Nuno Álvares Pereira, constatou que 85% da amostra apresentou no estudo radiológico a dismetria dos membros inferiores. A dúvida sobre a credibilidade e fiabilidade do estudo radiológico tradicional levou o autor a desenvolver um instrumento novo que eliminasse as divergências dos raios e a lateralização da bacia. Foram estabelecidas medidas de correcção e verificou-se que após a sua implementação só 25% da amostra apresentou dismetria com nível de qualidade de vida inferiores aos dos simétricos.

Introdução

Esta investigação sobre a Dismetria dos Membros Inferiores no Atletismo foi realizada

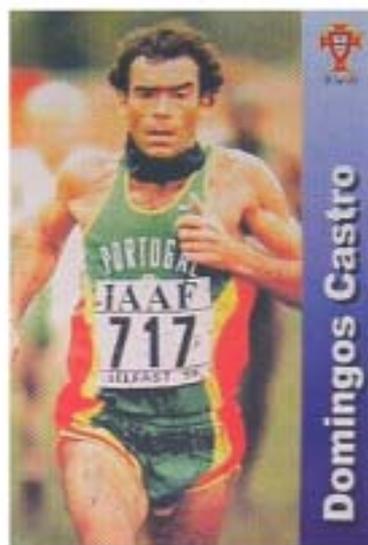
no ano lectivo de 2001/2002, integrada na Licenciatura em Fisioterapia, efectuada pelo autor, na Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra.

Um dos critérios para a selecção do tema foi contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que trabalham no CMSM.

Sendo o atletismo uma das modalidades mais praticada no CMSM, estudar as relações entre "Dismetria dos Membros Inferiores" e "Qualidade de Vida" em praticantes regulares de atletismo, esqueléticamente maduros, sem indicação cirúrgica, revelou-se pertinente.

Justificação do estudo

A constatação de que histórias clínicas recheadas de lesões tais como: hérnias lombares, ciáticas, dores numa das ancas, pubalgias, dores lombares, dores num dos joelhos, dores numa das tíbio társicas entre outras, eram



descritas por indivíduos que apresentavam possíveis dismetrias dos membros inferiores, incentivaram o autor a questionar a informação reiterada pela Ortopedia em diversos estudos, na qual se continua a afirmar que dismetrias de 10mm serão clinicamente desvalorizáveis.

O Atleta Domingos Castro é um exemplo: "Sou dismétrico, só diagnosticado em 1996. Até então tive muitas dores. As mais frequentes eram nas canelas (a partir do meio das maratonas); no quadríceps esquerdo; nos gêmeos e na região lombar.

Após o diagnóstico, fui submetido a uma semana de testes no Japão, num Centro de Estudos da ASICS. Aí, depois de exaustivos estudos, testei as correcções sugeridas, numa pista do próprio Centro, até determinar a mais adequada para aplicar definitivamente no calçado.

De facto, a primeira Maratona que fiz com o calçado corrigido (Roterdão, 1997), bati a melhor marca do mundo com 02h.07m.51s.

Passei a utilizar calçado com correcção e deixei de sentir as dores referidas."

Contudo, esta abordagem não está acessível a atletas sem o patrocínio das grandes marcas.

Objectivo

Valorizar aqueles milímetros e tornar a correcção da dismetria acessível aos atletas amadores e população em geral, constituíram os mais importantes objectivos deste estudo.

Indivíduos participantes no estudo

A amostra foi constituída por 36 militares, colocados no CMSM, no Grupo de Carros de Combate, chefiados e treinados pelo Tenente Coronel Xavier de Sousa.

O treino a que estavam a ser submetidos visava a participação na estafeta anual Dom Nuno Álvares Pereira.

Fundamentação teórica

As dismetrias dos membros inferiores no atletismo, não poderão ser abordadas com os mesmos critérios que para a população em geral. Sendo esta uma actividade cíclica, repetitiva e de elevado impacto mioarticular, os desequilíbrios biomecânicos terão mais relevância. Assim uma abordagem que resulte para esta modalidade, terá boas probabilidades de resultar na população em geral.

Austin (Quiropata) em 2000, demonstrou que 90% dos pacientes com dismetria, são dismetrias funcionais. É importante reter que uma perna curta anatómica, irá ter uma componente funcional associada. Quer seja anatómica ou funcional, se a dismetria é de 10mm ou superior, é clinicamente significativa para uma doença articular degenerativa. Se a dismetria é de 5mm ou superior, é clinicamente significativa para a dor. Num universo de 1000 recrutas, detectou que cerca de 2/3 com dismetria de 5mm ou mais, referiu uma história clínica de dor lombar, dor da anca e ciática. Nesse estudo, 89% dos indivíduos que referiram dor na anca, implicou o lado da perna mais longa, e 79% dos indivíduos diagnosticados com ciática, também implicou o lado da perna mais longa.

Fisioterapia na Dismetria dos Membros Inferiores

Pelas razões referidas, medir a dismetria deverá ser um processo no qual se eliminem todos os factores que possam influenciar o resultado. Nesse sentido toda a amostra foi submetida a Avaliação / Resolução das disfunções mioarticulares.





Foi-lhes explicado um programa de alongamentos, e fornecido um panfleto auxiliar, com imagens comentadas do referido programa, na perspectiva de eliminação das acomodações musculares às disfunções articulares.

Foi ainda explicada a influência da biomecânica no atletismo, cuja ideia fundamental é integrar que, quanto mais perfeita for a colocação do peso nos ossos, maior disponibilidade muscular haverá para impor o movimento. (Os dois temas agora referidos serão eventualmente objecto de próximo artigo).

Após a percepção de reconhecidas falhas de fiabilidade na medição com RX, como sejam: a divergência dos raios; a lateralização da bacia; o posicionamento não controlado do indivíduo; a pronação bilateral assimétrica entre outros, foi idealizado um instrumento para as eliminar.



No exame de RX (fiabilizado), 85% da amostra apresentou dismetria dos membros inferiores. Contudo ao confrontar a medida obtida com a avaliação ortostática, constatou-se a impossibilidade de aplicação directa da medida assim obtida.

Houve casos em que a medida equilibrava o indivíduo, outros em que piorava o equilíbrio e situações que necessitavam apenas de uma parte da medida.

Perante estes factos, foi testado um processo de avaliação que consiste no seguinte:

- ✓ Avaliação/ normalização em termos de disfunções mioarticulares.
- ✓ Determinação da medida pelo nivelamento das Espinhas Ilíacas Pósterio Superiores na posição de pé com flexão do tronco, com placas de espessura conhecida por baixo do pé do membro mais curto.
- ✓ Teste de equilíbrio com a medida determinada permitindo a sua afinação ao indivíduo.
- ✓ Treino com a correcção aplicada a todo o calçado e avaliação da sintomatologia.

A medida obtida com este método, passou sempre na avaliação ortostática e melhorou claramente a sintomatologia. Com este processo de medição foram detectados apenas 25% de Dismétricos aos quais foi feita a correcção no calçado.



Resultados

Este estudo demonstrou que antes de qualquer intervenção, os Dismétricos manifestaram níveis de Qualidade de Vida Relacionada com Saúde piores que os dos Simétricos em todas as dimensões. A Normalização Mioarticular e a Correção adequada dos Dismétricos, permitiu-lhes obterem níveis semelhantes aos dos Simétricos.

A medição ao RX revela-nos que 85% da amostra apresenta dismetria. No entanto, este estudo demonstrou que só 25% parece manifestar um déficite de Qualidade de Vida, com necessidade da correção no calçado.

Em 80% da amostra foi detectada pelo menos uma disfunção articular no complexo lombo/sagrado e/ou sacro/ilíaco. Tendo presente que Suter et al em 1999 ao estudar a dor anterior no joelho, demonstrou que a resolução das disfunções das sacro-ilíacas melhorou substancialmente os três parâmetros avaliados: alteração da inibição muscular; aumento da força do quadríceps e dor, poderemos compreender os resultados obtidos pelo grupo de trabalho.

Antes de qualquer intervenção, o teste de flexão global do tronco, revelou uma distância média ao solo de 14,81cm. No final do processo, os Dismétricos apresentaram uma distância média ao solo de 3,89cm, o que parece

demonstrar empenho dos atletas e eficácia do programa.

Outro dado interessante retirado do tratamento dos dados, é o facto de os Dismétricos destros terem o membro inferior direito mais curto e inversamente os sinistros o esquerdo, salvo raras excepções.

Obtiveram o 3º lugar das 16 equipas em prova, tendo sido apenas superados por duas selecções, a do CTAT e a do CMSM.

Conclusões

- Os resultados obtidos com o processo sugerido para a medição/correção das dismetrias dos membros inferiores, parecem proporcionar aos Dismétricos, uma Qualidade de Vida Relacionada com Saúde semelhante à dos Simétricos.
- Para o Fisioterapeuta será relevante, por colocar na sua área do conhecimento o processo de medição das dismetrias.

FERNANDO MORGADO

SAj Fisioterapeuta Lic.
morgado.fernando@clix.pt



ATLETA DO SEMESTRE



Dando continuidade ao espaço «Atleta do Semestre», que tem por objectivos os seguintes:

1. Incentivos à prática desportiva;
2. Homenagear todos os atletas, vencedores e não vencedores, participantes em actividades desportivas no CMSM;
3. Homenagear o atleta que mais se evidenciou no Semestre a que se refere a revista.

Pretende-se, de uma forma singela mas honrosa, pretende-se homenagear o/os atleta(s) que mais elevam o bom nome do CMSM.

Nunca poderemos esquecer, contudo, todos aqueles que, prova após prova, com esforço, muito querer e dedicação também dignificaram as equipas representativas do CMSM.

ATLETA EM EVIDÊNCIA NO SEMESTRE

Nome – Zeferino Manuel Oliveira Alves Eloy
 Posto – SAj Eng
 Data Nascimento – 31-01-61
 Naturalidade – Abrantes

Incorporado – 07-02-81
 Unidade – BETP
 Curso – 12º CFS
 Colocado – BAS/ BMI



CAMPEONATO CORTA – MATO	FASE REGIONAL 2º CLASSIFICADO (III Escalão/ Longo)		FASE EXÉRCITO 11º CLASSIFICADO (III Escalão/ Longo)	
CAMPEONATO VOLEIBOL	INTEGROU EQUIPA BapSvç			
CAMPEONATO NATAÇÃO	100 M LIVRES 2º CLASSIFICADO	200 M LIVRES 2º CLASSIFICADO	400 M LIVRES 2º CLASSIFICADO	
	4 x 50 M LIVRES 4º CLASSIFICADO		ESTAFETA MILITAR 3º CLASSIFICADO	
	PARTICIPOU NA EQUIPA REPRESENTATIVA			
DUPLA LÉGUA RI2	INTEGROU EQUIPA CMSM/ BMI			

NDR: Por manifesta falta de espaço, não fazemos referência, neste número, às muitas actividades desportivas levadas a cabo pela BMI/CMSM ou em que os seus militares participaram.



Escola Básica 1º Ciclo Malpique nº 2 (CMSM)



PELOS 25 ANOS DA BMI

Os alunos do 1º Ciclo da Escola do Campo Militar de Santa Margarida, querem desejar os parabéns pelo 25 anos da sua existência e agradecer o apoio prestado pela BMI, à nossa escola

A NOSSA ESCOLA SITUADA
NESTE CAMPO MILITAR
PELOS 25 ANOS DA BRIGADA
PARABÉNS QUER DESEJAR

BEM SERVIR
RESPONSABILIDADE
DISCIPLINA
RIGOR
DESAFIO
PRONTIDÃO
EFICIÊNCIA

Os alunos :

Diógenes Fortuna
Paula Aguiar
João Paulo Luz
João Miguel Ribeiro
Eunice Silva
Sandro Falcão

Luís Trindade
Rodrigo Simões
Francisco
Ana
Filipe

Imês
Patrícia
João Pedro



JARDIM DE INFÂNCIA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA CMSM



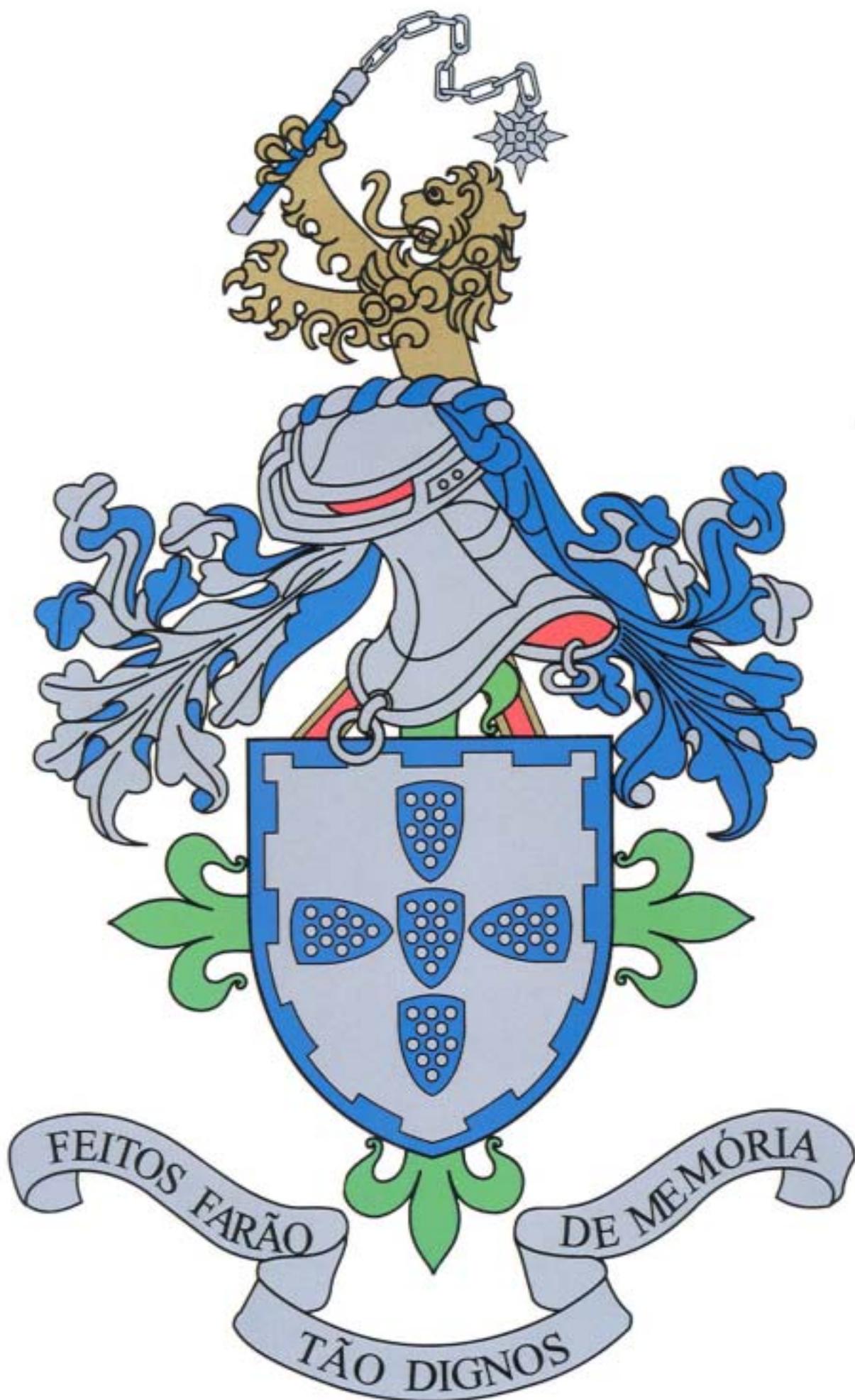
Jardim de Infância D. Nuno Álvares Pereira
C.M.S.M.

Cá estamos mais uma vez a dar notícias nossas.
Esta vez para falarmos do ANUAL que
foi comemorado na nossa escola no dia
27 de Fevereiro 2003. Mascaramo-nos de
"Palhacinhos Alegres". Convidá-mos os meninos
da Escola do 1º ciclo e da Creche assim como
todos os encarregados de educação e familiares.
Foi um dia bem passado.

Aqui vai a nossa fotografia.



Beijinhos de todos.



Atoleiros

Revista Militar do Campo Militar de Santa Margarida
e da Brigada Mecanizada Independente